



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP
Mestrado Profissional em Gestão Pública

Flora Brochado Maravalhas

**Fatores relacionados à criação de museus em municípios
brasileiros**

**Brasília – DF
2018**

Flora Brochado Maravalhas

**Fatores relacionados à criação de museus em municípios
brasileiros**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP/FUP, da Universidade de Brasília - UNB, *Campus Planaltina*, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior

**Brasília – DF
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BM311f Brochado Maravalhas, Flora
Fatores relacionados à criação de museus em municípios
brasileiros / Flora Brochado Maravalhas; orientador Luiz
Honorato da Silva Júnior. -- Brasília, 2018.
64 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão
Pública) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Política cultural. 2. Criação de museus. 3. Método de
diferenças em diferenças. 4. Características socioeconômicas e
demográficas. I. Silva Júnior, Luiz Honorato da, orient.
II. Título.

Flora Brochado Maravalhas

**Fatores relacionados à criação de museus em municípios
brasileiros**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior
Orientador
PPGP/UnB

Prof. Dra. Leila Giandoni Ollaik
IPHAN/MinC

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
PPGP/UnB

Prof. Dr. Alexandre Nascimento de Almeida
PPGP/UnB
Suplente

Brasília – DF
20 de abril, 2018

Para os meus pais.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, a grande felicidade da minha vida, pela sorte de simplesmente ter vocês.

Agradeço ao André e ao Jonas, pelos momentos de companheirismo e apoio, e aos amigos, que me ajudaram a seguir em frente, em especial: Bruna, Rafael, Cândida, Daniela, Juliana, Fred, Aninha, Marina, Yussif e Chipe.

Ao meu orientador, agradeço por acreditar na minha capacidade de aprender uma outra abordagem de pesquisa e por estar presente nas discussões durante o processo desse trabalho. Aos membros da banca, Professora Leila Giandoni Ollaik e Professor Mauro Eduardo Del Grossi, agradeço pelo aceite em participar da banca, pela leitura atenta e pelas contribuições muito relevantes.

Aos meus colegas e amigos da turma de mestrado, agradeço pelo companheirismo e experiências compartilhadas.

Ao Instituto Brasileiro de Museus e meus colegas, agradeço pelo apoio, pelas informações prestadas e pela concessão de meu pedido de afastamento.

A todos que contribuíram, o meu muito obrigada.

Resumo

A presente dissertação é composta por dois artigos sobre fatores relacionados à criação de museus em municípios brasileiros. O primeiro artigo compreende a avaliação de impacto do edital Mais Museus, ação voltada ao fomento à criação de novos museus, parte do Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual integra a Política Nacional de Museus. Procurou-se analisar o impacto do edital na criação de museus no território brasileiro. A partir do método de diferenças em diferenças, evidências apontaram para a insuficiência da referida política. Os resultados demonstraram que as iniciativas de criação de museus em municípios parecem estar mais relacionadas a fatores exógenos à política de indução, tais como população municipal, nível de desenvolvimento do município, atividades turísticas e contextos regionais. O segundo artigo pretende identificar quais fatores estão associados à existência de museus em municípios brasileiros. Primeiramente, realizou-se breve histórico sobre a criação de museus em território brasileiro, do século XVII até os dias atuais. Em seguida, relacionou-se a criação de museus a variáveis socioeconômicas e demográficas dos municípios brasileiros por meio de regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários para o ano de 2015 para todos os municípios brasileiros. Os resultados demonstraram haver correlação positiva entre população municipal, nível de desenvolvimento do município, atividades turísticas e contextos regionais

Palavras-chave: Política cultural, criação de museus, método de diferenças em diferenças, características socioeconômicas e demográficas.

Abstract

This dissertation is composed of two articles about the creation of museums in Brazilian municipalities. The first article evaluates the impact of More Museums public notice, an initiative aimed at promoting the creation of new museums, part of the Museum, Memory and Citizenship Program, which constitutes the National Museum Policy. It sought to analyze the impact of the aforementioned notice in the creation of museums in Brazilian territory. Based on the difference in differences method, the evidence reveals the Policy's lack of effectiveness. The results showed that initiatives to create museums in municipalities seem to be more connected to factors that are exogenous to this Policy, such as municipal population, the municipality's level of development, tourist activities and other regional factors. The second article intends to identify which factors are associated with the existence of museums in Brazilian municipalities. First, it presents a brief history about the creation of museums in Brazilian territory, from the 17th century to the present day. Then, the creation of museums was related to socioeconomic and demographic variables of Brazilian municipalities by means of linear regression by Ordinary Least Squares for the year 2015 for all Brazilian municipalities. The results showed a positive correlation between municipal population, municipality's level of development, tourist activities and regional contexts.

Keywords: Cultural policy, museum creation, difference in differences method, socioeconomic and demographic characteristics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNM	Cadastro Nacional de Museus
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice do Desenvolvimento Humano Municipal
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
PNM	Política Nacional de Museus
PPA	Plano Plurianual
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UF	Unidade Federativa

SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1 Panorama da distribuição de museus em território brasileiro	11
2. Primeiro artigo: Avaliação de impacto do edital Mais Museus na criação de novos museus em pequenos municípios brasileiros: uma análise a partir do método de diferenças em diferenças	19
2.1 Considerações iniciais	19
2.2 O edital Mais Museus como instrumento da Política Nacional de Museus	20
2.3 Avaliação de políticas públicas	24
2.3.1 Método	26
2.4 Resultados	32
2.5 Conclusões	34
2.6 Referências	37
3. Segundo artigo: Fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros	40
3.1 Considerações iniciais	40
3.2 Histórico da criação de museus em território brasileiro	41
3.3 Fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros	49
3.3.1 Método	51
3.4 Resultados	56
3.5 Conclusões	59
3.6 Referências	60
4. Conclusões	63
5. Referências	65

1. Introdução

A metodologia de organização do presente estudo está estruturada no formato *multipaper*, em que um conjunto de artigos compõem a estrutura da dissertação. Dessa forma, a presente dissertação é composta por dois artigos sobre fatores relacionados à criação de museus em municípios brasileiros.

A justificativa para a criação de museus está relacionada à função que essas instituições exercem na sociedade. A razão de ser de um museu variou ao longo das últimas décadas e, até hoje, é alvo de amplos debates. Diretores de museus, curadores e atores políticos comumente possuem visões distintas a respeito da importância de museus serem criados.

No período em que foram construídos os primeiros museus, sua função estava relacionada à integração cultural e à definição da cultura nacional (MARTÍN-BARBERO, 1997). Atualmente, o museu é compreendido como local destinado ao refinamento cognitivo, à apreciação do belo e à preservação da memória (BRUNO, 2011). Por sua vez, Gray (2010) indica que a maioria da literatura contemporânea relaciona a função do museu à mudança social, cultural e política.

O benefício de um museu, entretanto, vai além do que um visitante experiencia dentro de uma instituição museológica, seu benefício também se relaciona ao desenvolvimento social e econômico de cidades, como a movimentação de recursos financeiros e a geração de empregos (FABBRI, 2011). Ademais, o museu pode ser responsável por promover o deslocamento de público, de forma que são importantes propulsores do turismo.

Muitas vezes em cidades pequenas e médias, um só museu pode ser o grande fator gerador da atividade turística do município (FABBRI, 2011), no Brasil, são exemplos as cidades de Petrópolis e Brumadinho, com o Museu Imperial e Inhotim, respectivamente.

De acordo com a publicação *Museus em Números*, há, todavia, no Brasil, grande assimetria na distribuição de museus no território brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Corroborando o exposto acima, Santos (2004) expõe que, apesar de notória precariedade de dados, sempre houve uma distribuição desigual de museus nas regiões brasileiras. Para Costa (2002, p. 28), a falta de museus regionais gera uma:

emigração dos bens das pequenas cidades e áreas rurais para os grandes centros, que sabem o que significam — mesmo que rigorosamente não expressem seu passado. E sabem também que com sua aquisição fazem uma inversão segura de capital. Enquanto são salvos e ficam no país não é um problema dos mais sérios; mas a região

assim despojada sofre uma perda definitiva ou, na melhor das hipóteses, dificilmente recuperável.

Dessa forma, Costa (2002, p. 28-29) reforça que é preciso atuação das autoridades públicas — seja da União, dos estados ou dos municípios — a fim de garantir a proteção e fixação dos testemunhos locais nas respectivas áreas em que foram constituídos. E, nesse sentido, conclui que:

antes que, para conhecerem o que existe da obra e da vida de seus antepassados e contemporâneos, os naturais de uma região desprevenida tenha que viajar ao Rio e, sobretudo, a São Paulo. E verem, de mistura com peças provenientes de todo o país, o que é genuinamente seu, fruto de seus problemas sociais, sua economia, sua cultura, sua emoção.

Entretanto, o que contribui para a criação de um museu em determinado município? A iniciativa de se criar e manter um museu seriam decorrentes de fatos históricos ou culturais relevantes ou de atividades socioeconômicos relativas ao município? Por outro lado, qual o papel da indução de políticas públicas na criação de museus?

Santos (2004) aponta que são necessários estudos mais aprofundados, com acesso a dados quantitativos e qualitativos, para que seja possível entender melhor o padrão de crescimento do número de museus no Brasil nas últimas décadas.

1.1 Panorama da distribuição de museus em território brasileiro

A produção de estatísticas sobre o número de museus ao longo da história do Brasil carece de dados. A dificuldade deriva da ausência de instrumento oficial padronizado de coleta de informações sobre o número de museus no Brasil para os anos anteriores a 2006. As informações existentes anteriores a essa data foram esporádicas e derivam de publicações realizadas por diversos autores e instituições, os quais utilizaram, cada qual, diferentes definições do que é um museu e metodologias para a coleta de dados.

No que se refere à localização desses museus em território brasileiro, as informações são ainda mais escassas, tendo em vista algumas das publicações existentes apenas informarem o total de museus no País, sem especificar a localização de cada uma dessas instituições.

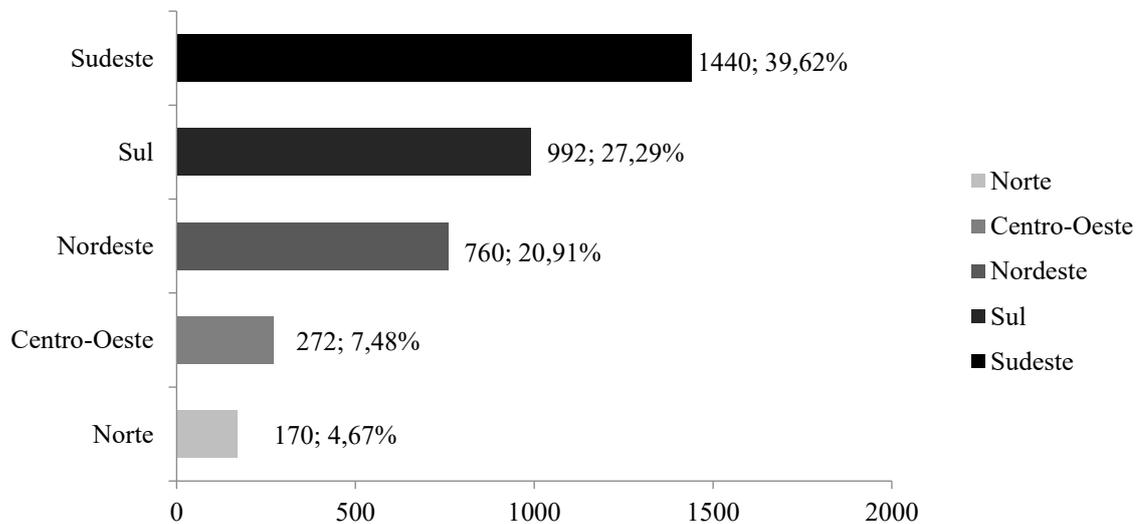
Essas irregularidades dificultam análises entre períodos maiores, que contribuiriam para melhor compreender o padrão de crescimento e de distribuição de museus em território brasileiro.

O Cadastro Nacional de Museus (CNM), base de dados operada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) que contém informações atualizadas sobre os museus do País, foi criado em 2006 com o objetivo de “manter um sistema capaz de processar regularmente informações sobre a diversidade museal brasileira, contribuindo para a construção de conhecimento e seu compartilhamento público” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. XV). Desde 2017, a coleta de dados do CNM passou a ser realizada com a cooperação da Rede Nacional de Identificação de Museus, que é composta “pelos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais de museus em todos os âmbitos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2017).

Dessa forma, a partir das informações fornecidas pelo CNM sobre o quantitativo e a localização dos museus brasileiros em 2015, foi possível elaborar breve panorama sobre a distribuição dos museus no território brasileiro.

A Figura 1 apresenta o número total de museus em cada uma das cinco regiões brasileiras no ano de 2015.

Figura 1 - Distribuição de museus por região, Brasil, 2015.

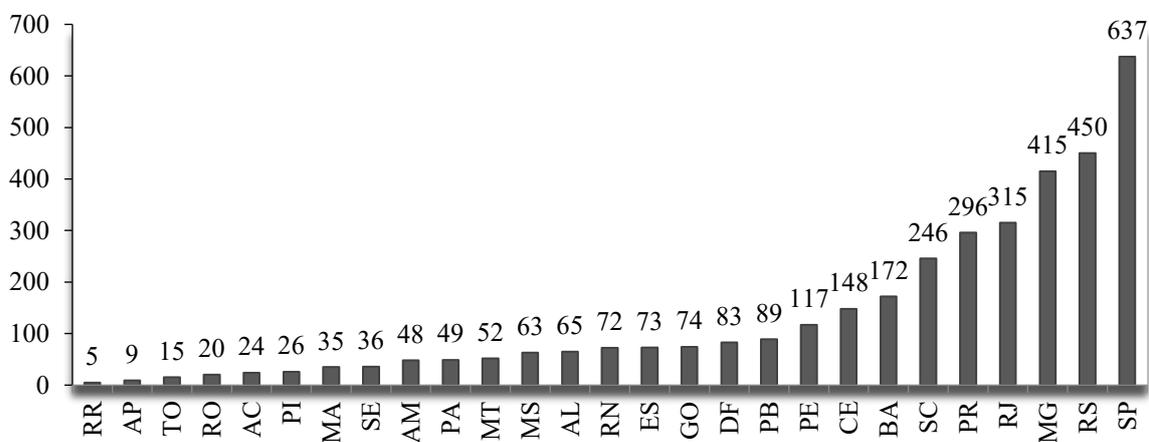


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Museus (2015).

Dessa forma, em 2015, o Brasil possuía 3.634 museus. Observa-se que a distribuição dessas instituições ocorre de maneira desigual em suas cinco regiões. Sudeste e Sul apresentam o maior número de museus, 1.440 e 992 respectivamente, o que representa um total de quase 67% dos museus, praticamente o mesmo percentual de 2011 apresentado na publicação *Museus em Números* (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011). Na sequência, tem-se

Nordeste, com 760 museus; Centro-Oeste, com 272; e Norte, com somente 170, o equivalente a apenas 4,67%. A Figura 2 traz a quantidade de museus por Unidade Federativa (UF).

Figura 2 – Número de museus por Unidade Federativa, Brasil, 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Museus (2015).

Como poder-se-ia supor, os estados com maior número de museus são aqueles localizados nas Regiões Sudeste e Sul, o que corrobora as informações já trazidas pela Figura 1. Com exceção do Espírito Santo, os estados que possuem mais museus são justamente aqueles situados nas duas supracitadas regiões.

Na sequência, a Tabela 1 apresenta o número de museus nas capitais e UFs brasileiras, além da concentração de museus nas capitais, cujo cálculo foi realizado por meio da divisão do número de museus na capital pelo número de museus na UF.

Tabela 1 - Número de museus nas capitais, nas UFs e porcentagem de concentração de museus nas capitais e no Distrito Federal, Brasil, 2015.

Capital	Número de museus na capital	Número de Museus na UF	Concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF (%)
Brasil	1.141	3.634	31,39
Região Norte	103	170	60,58
Porto Velho (RO)	8	20	40,00
Rio Branco (AC)	15	24	62,50
Manaus (AM)	38	48	79,16
Boa Vista (RR)	3	5	60,00
Belém (PA)	28	49	57,14
Macapá (AP)	6	9	66,66
Palmas (TO)	5	15	33,33
Região Nordeste	305	760	40,13
São Luís (MA)	23	35	65,71
Teresina (PI)	7	26	26,92
Fortaleza (CE)	45	148	30,40
Natal (RN)	26	72	36,11
João Pessoa (PB)	31	89	34,83
Recife (PE)	51	117	43,58
Maceió (AL)	27	65	41,53
Aracaju (SE)	19	36	52,77
Salvador (BA)	76	172	44,18
Região Sudeste	394	1.440	27,36
Belo Horizonte (MG)	69	415	16,62
Vitória (ES)	16	73	21,91
Rio de Janeiro (RJ)	149	315	47,30
São Paulo (SP)	160	637	25,11
Região Sul	186	992	18,75
Curitiba (PR)	75	296	25,33
Florianópolis (SC)	34	246	13,82
Porto Alegre (RS)	77	450	17,11
Região Centro-Oeste	153	272	53,31
Campo Grande (MS)	25	63	39,68
Cuiabá (MT)	22	52	42,30
Goiânia (GO)	23	74	31,08
Distrito Federal (DF)	83	83	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Museus (2015) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

Santos (2004) aponta que 79,49% dos novos museus criados entre 1960 e 2000 foram construídos nas capitais dos estados. Não há informações, entretanto, a respeito de em quais estados estavam localizados esses museus.

A partir da Tabela 1, é possível notar forte concentração de museus nas capitais, em especial na Região Norte, que possui 60,58% de seus museus nas capitais do estado. A Região Sul é a que apresenta a menor concentração de museus em suas capitais, informação que corrobora o exposto por Santos (2004, p. 60), quando analisou dados de 1997:

O padrão de crescimento no Rio Grande do Sul e no Paraná acompanham o modelo descrito, ou seja, o de multiplicação acelerada de museus locais nas três últimas décadas, subsidiados por governos estaduais e municipais, como também crescimento do número de museus sustentados por capital privado.

É notável a desigualdade entre o quantitativo de museus entre os estados brasileiros, São Paulo possui 637 museus, enquanto Roraima apenas cinco. Entretanto, é preciso considerar a grande diferença populacional entre esses dois estados. Dessa forma, a Tabela 2 traz informações a respeito da distribuição de municípios, população e museus por UFs, bem como a proporção entre o número de museus e a população em cada UF.

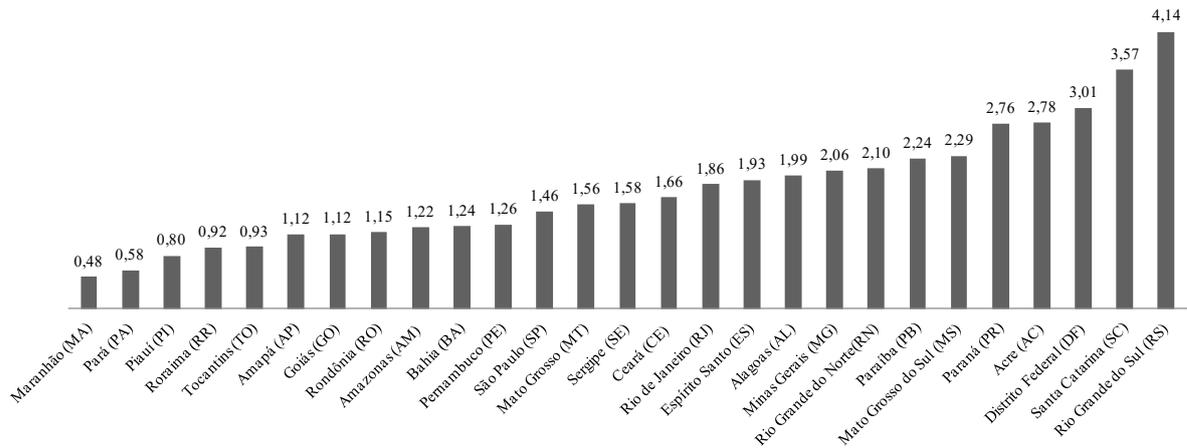
Tabela 2 - Distribuição de municípios, população e museus por UF e grandes regiões, Brasil, 2015.

UF	No. de municípios com museus	No. de municípios	% de municípios com museus/ total de municípios	População	Número de museus	Número de museus/ população (100.000)
Brasil	1.311	5.565	23,55	202.036.645,67	3.634	1,80
Região Norte	56	449	12,47	17.933.017,33	170	0,95
Rondônia (RO)	9	52	17,3	1.743.497,33	20	1,15
Acre (AC)	6	22	27,27	863.849,00	24	2,78
Amazonas (AM)	11	62	17,74	3.920.728,33	48	1,22
Roraima (RR)	2	15	13,33	541.735,67	5	0,92
Pará (PA)	15	143	10,49	8.440.181,00	49	0,58
Amapá (AP)	3	16	18,75	806.551,00	9	1,12
Tocantins (TO)	10	139	7,19	1.616.475,00	15	0,93
Região Nordeste	288	1.794	16,05	55.661.190,00	760	1,37
Maranhão (MA)	10	217	4,61	7.334.445,67	35	0,48
Piauí (PI)	15	224	6,7	3.261.591,67	26	0,80
Ceará (CE)	68	184	36,96	8.897.539,33	148	1,66
Rio Grande do Norte(RN)	36	167	21,56	3.425.172,00	72	2,10
Paraíba (PB)	31	223	13,9	3.975.083,00	89	2,24
Pernambuco (PE)	37	185	20	9.314.884,67	117	1,26
Alagoas (AL)	22	102	21,57	3.259.479,00	65	1,99
Sergipe (SE)	11	75	14,67	2.282.335,33	36	1,58
Bahia (BA)	58	417	13,91	13.910.659,33	172	1,24
Região Sudeste	486	1.668	29,14	84.516.560,00	1.440	1,70
Minas Gerais (MG)	176	853	20,63	20.137.036,67	415	2,06
Espírito Santo (ES)	32	78	41,03	3.787.090,33	73	1,93
Rio de Janeiro (RJ)	61	92	66,3	16.939.185,67	315	1,86
São Paulo (SP)	217	645	33,64	43.653.247,33	637	1,46
Região Sul	400	1.188	33,67	28.475.717,67	992	3,48
Paraná (PR)	116	399	29,07	10.711.231,00	296	2,76
Santa Catarina (SC)	106	293	36,18	6.885.409,33	246	3,57
Rio Grande do Sul (RS)	178	496	35,89	10.879.077,33	450	4,14
Região Centro-Oeste	81	466	17,38	15.450.160,67	272	1,76
Mato Grosso do Sul (MS)	25	78	32,05	2.755.274,00	63	2,29
Mato Grosso (MT)	24	141	17,02	3.335.922,00	52	1,56
Goiás (GO)	31	246	12,6	6.598.376,33	74	1,12
Distrito Federal (DF)	1	83	1,2	2.760.588,33	83	3,01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Museus (2015) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

A Figura 3 apresenta os resultados da proporção entre o número de museus e a população em cada UF da Tabela 2 em formato de gráfico em barras para melhor visualização.

Figura 3 – Número de museus por cada 100.000 mil habitantes, Brasil, 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Museus (2015) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

Em números absolutos, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, possuem, nessa ordem, a maior quantidade de museus. Entretanto, quando feita a proporção entre o número de museus e suas respectivas populações, essa ordem não se mantém, com exceção do Rio Grande do Sul, onde há 4,14 museus por cada 100.000,00 habitantes. É o estado que possui o segundo maior número absoluto de museus e é o que apresenta a maior proporção entre população e número de museus, seguido por Santa Catarina, com 3,57, e Distrito Federal, com 3,01.

Santos (2004), a partir de dados de 1997, apontou que os maiores números de museus proporcionalmente ao número de habitantes estavam nos estados sulistas, o que sugere que esse padrão pouco se alterou em quase uma década, tendo em vista que Paraná é o quinto estado com maior proporção entre museu e população.

Por sua vez, o Maranhão possui o menor quantitativo de museus por população, há apenas 0,48 para cada 100.000,00 habitantes, seguido pelo Pará com 0,58. O Maranhão também é o estado que apresenta o menor percentual de municípios com museus (4,61%), seguidos por Piauí (6,70%), Tocantins (7,19%) e Pará (10,49%).

São Paulo, apesar de possuir o maior número absoluto de museus, quando comparada a sua grande população, possui apenas 1,46 museus para cada 100.000,00 habitantes, apenas 11 estados têm uma proporção inferior. A proporção de 1,86 entre os dois fatores demonstra que os resultados não são substancialmente melhores no Rio de Janeiro.

No bojo dessa discussão, formuladores de políticas públicas procuram identificar maneiras capazes de induzir a criação de museus e de outros pontos de radiação de cultura, a fim de ampliar o acesso, sobretudo em locais em que há escassez de instituições culturais.

Nesse sentido, qual seria a melhor forma de se desenhar uma política pública eficiente que consiga induzir a criação de museus, sobretudo em regiões onde a iniciativa da sociedade civil não encontra incentivos para tanto? Como ampliar tal oferta, por exemplo, em municípios brasileiros de menor porte onde as vicissitudes não colaboram com tal tarefa. Pode a política pública ser eficiente? Sob quais circunstâncias? Sob qual desenho?

Dessa forma, o primeiro artigo da presente dissertação pretendeu avaliar o impacto do edital Mais Museus, ação voltada ao fomento à criação de novos museus, parte do Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual integra a Política Nacional de Museus.

Por outro lado, na ausência de políticas públicas de indução, quais características estão relacionadas com a criação de museus em cidades brasileiras?

Nesse sentido, por meio do segundo artigo, busca-se identificar quais aspectos socioeconômicos e demográficos estão relacionados com a existências de museus nos mais de cinco mil municípios brasileiros. Encontrar evidências dessas relações pode ser útil na consecução do desenho de novas políticas públicas ou, na indicação de que, na escassez de recursos públicos, recursos devam ser alocados em atividades sociais alternativas mais urgentes.

2. Primeiro artigo: Avaliação de impacto do edital Mais Museus na criação de novos museus em pequenos municípios brasileiros: uma análise a partir do método de diferenças em diferenças

Resumo

Este estudo compreende a avaliação de impacto do edital Mais Museus, ação voltada ao fomento à criação de novos museus, parte do Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual integra a Política Nacional de Museus. Procurou-se analisar o impacto do edital na criação de museus no território brasileiro. A partir do método de diferenças em diferenças, evidências apontam para a insuficiência da referida política. Por fim, as iniciativas de criação de museus em municípios parecem estar mais relacionadas a fatores exógenos à política de indução, tais como população municipal, nível de desenvolvimento do município, atividades turísticas e contextos regionais.

Palavras-chave: Política cultural, criação de museus, método de diferenças em diferenças.

Abstract

This study evaluates the impact of More Museums public notice, an initiative aimed at promoting the creation of new museums, part of the Museum, Memory and Citizenship Program, which constitutes the National Museum Policy. It sought to analyze the impact of the aforementioned notice in the creation of museums in Brazilian territory. Based on a difference in differences approach, the evidence reveals the Policy's lack of effectiveness. Finally, initiatives to create museums in municipalities seem to be more connected to factors that are exogenous to this Policy, such as municipal population, the municipality's level of development, tourist activities and other regional factors.

Keywords: Cultural policy, museum creation, difference in differences method.

2.1 Considerações iniciais

Segundo informações do Cadastro Nacional de Museus (CNM),¹ base de dados que contém informações atualizadas sobre os museus do País, o Brasil tem mais de 3.500 museus, sendo o país latino-americano com maior quantitativo de museus. Atrás dele, vem o México, que possui cerca de 1.299 museus.² Entretanto, quando se compara o número de museus brasileiros com o de países desenvolvidos, esse quantitativo é muito inferior, especialmente quando dimensionado ao total da população brasileira. Em 2015, por exemplo, havia no Brasil

¹ Disponível em: <http://sistemas.museus.gov.br/cnm>. Acesso em: out. 2015.

² Disponível em: <http://sic.conaculta.gob.mx>. Acesso em: out. 2015.

1,8 museus para cada 100.000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos havia 11,³ na Alemanha 8⁴ e na Espanha 3,6 para cada 100.000 habitantes.⁵

Nesse sentido, é possível estimular a criação de novos museus? Em caso afirmativo, esse estímulo poderia ser realizado por meio de políticas públicas? Quais seriam os instrumentos possíveis e seus potenciais de alcance? Por outro lado, é necessário investigar quais são os fundamentos que sustentam a implementação de tais políticas e também estimar sua relação custo benefício bem como seu impacto.

Essas são algumas das perguntas que se podem fazer no sentido de promover o estímulo à criação de novos museus e, ao mesmo tempo, a sua descentralização no território nacional. Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a estudar algumas das questões levantadas.

Assim, o objetivo do presente artigo é avaliar o impacto do edital Mais Museus, instrumento adotado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que fomentou a criação de museus em municípios com até 50 mil habitantes e que não possuíam museus.

2.2 O edital Mais Museus como instrumento da Política Nacional de Museus

Em resposta às demandas do setor museológico brasileiro, um dos programas criados no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 foi o programa Museu, Memória e Cidadania, cujo objetivo era revitalizar os museus e criar condições para a sua sustentabilidade, consolidando, assim, uma política pública para o setor (TOLENTINO, 2007). Esse novo sistema propiciou a aplicação regular dos recursos previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura, além da constituição de uma rede de parcerias para incentivar a criação de leis de incentivo fiscal e orçamentos próprios nos estados e municípios, de modo a integrar os entes da federação e a sociedade civil ligada ao campo museológico.

As críticas ao programa Museu, Memória e Cidadania referiam-se ao fato de a política ter sido concebida para atender apenas aos museus da União, o que prejudicaria a integração entre os entes da federação, indo de encontro a um dos pressupostos do PPA de promover parcerias entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil para viabilizar a execução dos seus programas. Desse modo,

³ Disponível em: www.aam-us.org. Acesso em: out. 2015.

⁴ Disponível em: www.smb.museum. Acesso em: out. 2015.

⁵ Disponível em: http://www.egmus.eu/uploads/tx_usermusstatistic/SPAIN_National_Report_2014.pdf. Acesso em: out. 2015.

ao se restringir os benefícios da política aos museus federais, o Programa inibiria a construção de uma rede de parcerias entre os entes da federação, necessária para a promoção e a valorização do patrimônio cultural musealizado. A definição de uma política pública em nível nacional para o setor museológico era essencial para que se propiciasse a regular aplicação dos recursos previstos no PPA e dos oriundos de incentivo fiscal (TOLENTINO, 2007, p. 78).

O lançamento da Política Nacional de Museus (PNM) pelo Ministério da Cultura (MinC) em 16 de maio de 2003 como parte das comemorações do Dia Internacional de Museus seria, então, segundo Tolentino (2007), uma possível resposta às críticas ao programa Museu, Memória e Cidadania. Isso pois o novo documento continha item referente à construção de uma rede de parceiras, que dispunha que a elaboração e implementação da PNM deveria contar com a participação “de órgãos do governo federal, estadual, municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p. 8).

A PNM é composta por um objetivo geral, sete princípios orientadores e sete eixos programáticos. Cada eixo possui, ainda, entre quatro e oito subitens, que podem ser compreendidos como metas, apesar de não serem assim denominados. O objetivo geral da PNM é:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p.9).

Para Torres (2015), o Estado, nas fases de planejamento e implementação de políticas públicas, dispõe de uma série de instrumentos que funcionam como incentivos positivos ou negativos. No caso das políticas culturais, os instrumentos mais comuns são leis, regulamentos e instrumentos fiscais, utilizados de acordo com os fins que o Estado deseja alcançar.

Segundo Rubim (2007, p. 31), na gestão de 2003-2006 do governo Lula, “o uso de editais para apoio à cultura foi incentivado e adotado, inclusive por empresas estatais, a exemplo da Petrobras”. Nesse contexto, editais e prêmios voltados à área museológica foram criados pelo MinC e suas autarquias, com o intuito de democratizar e descentralizar os recursos públicos no setor.

Para o Ibram (2011), a disparidade na dispersão de museus no Brasil representa um desafio para as políticas públicas do setor. De acordo com a publicação *Museus em Números*, do CNM, a localização de museus ocorre de forma desigual nas regiões brasileiras. Em 2010,

o Sudeste e o Sul concentravam aproximadamente 70% dos museus brasileiros. Por sua vez, dos 5.564 municípios brasileiros, 4.390 não possuíam museus, o que equivalia a 78,90%. Dos 1.174 municípios que possuem museus, 68 municípios possuíam seis ou mais instituições, o que evidencia forte assimetria na distribuição de museus no território brasileiro. No texto introdutório da referida publicação, relata-se que:

Ainda não passamos do Tratado de Tordesilhas. À exceção da região Sul, há ainda uma concentração de instituições museológicas nas regiões mais ricas, nos municípios com mais de 100 mil habitantes e próximos ao litoral. Isso mostra a necessidade de ampliação das políticas públicas na qual a cultura tenha um papel estratégico e o direito à memória seja um eixo estruturante (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. xii).

Nesse sentido, o edital Mais Museus foi uma iniciativa criada visando modificar essa situação — uma vez que o edital está inserido no Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual integra as ações da PNM.

Criado em 2007, o edital possuía ações voltadas para o fomento à criação de novos museus no País. É importante observar que o instrumento em si não tinha como objetivo direto a criação de um novo museu. O edital pretendia apoiar medidas que, de alguma forma, contribuíssem indiretamente para a criação de um novo museu.

Em 2007, 2008, 2009 e 2010, o edital foi operado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio de seu Departamento de Museus e Centros Culturais.

O Ibram, autarquia vinculada ao MinC, ao ser criado em janeiro de 2009 passa a ser responsável pela implementação de políticas públicas e melhoria dos serviços do setor museológico (BRASIL, 2009). A partir da instituição do órgão — que sucedeu o Iphan nos direitos, deveres e obrigações referentes aos museus federais —, as edições de 2011, 2012 e 2013 passam a ser geridas pelo novo instituto.

Operado por meio de convênio público, as condições para recepção do benefício e os parceiros aptos a participarem do edital variaram ligeiramente ao longo dos diferentes editais. De modo geral, cidades com até 50 mil habitantes e que não possuíam museus estavam aptas a serem beneficiadas. Por sua vez, podiam participar do edital pessoas jurídicas de direito público (excetuando-se as vinculadas ao MinC) e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, interessadas em obter apoio financeiro para implantação de museus.

O convênio celebrado entre essas pessoas jurídicas podia ter por objeto a aquisição de equipamentos e mobiliários; elaboração de projetos para execução de obras e serviços;

instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográficos; e benfeitoria em imóveis. Desse modo, embora o objetivo oficial do referido edital fosse a criação de museus onde não havia, o instrumento de fato apenas oferecia parte do necessário para a efetiva criação de um museu.

A justificativa para o fomento por parte do poder público à criação de novos museus está relacionada à função que essas instituições exercem na sociedade e também ao atendimento de quesitos legais.

Huysen (1995 apud SANTOS 2004, p. 54) aponta que, diferentemente da concepção tradicional de museu como espaço de preservação da cultura das elites e da história oficial, hoje essas instituições têm sido concebidas como espaços democráticos, mais abertos “aos meios de comunicação de massa e ao grande público”, de modo que sua função no mundo vem sendo relacionada ao seu papel de transformação social.

O benefício da criação de um novo museu também é associado ao desenvolvimento social e econômico de cidades. A importância dos museus na economia é citada por Fabbri (2011), que dispõe serem as instituições responsáveis pela movimentação de recursos financeiros e pela geração de emprego direto e indireto. Ademais, o museu pode ser responsável por promover o deslocamento de público, de forma que são importantes propulsores do turismo.

Plaza e Haarich (2015), ao comentarem o “efeito Guggenheim”, afirmam que, ainda que, por vezes, a influência do novo museu no desenvolvimento de Bilbao tenha sido exacerbada, a importância da nova instituição foi essencial, especialmente para o desenvolvimento do turismo e da indústria criativa e de serviços.

No campo legal, os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e estão previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. No Brasil, os direitos culturais estão esparsamente normatizados ao longo da Constituição Federal de 1988. O art. 215 prevê que compete ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Já o art. 3º preconiza que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). Além disso, universalizar o acesso à arte e à cultura é o quinto objetivo do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010).

Segundo Ollaik (2012, p. 19), “na política cultural, democratizar as oportunidades de acesso é dar acesso a bens e serviços culturais”, entre eles, museus. A autora reforça, ainda, a relevância teórica e prática dos distintos instrumentos utilizados pelo Estado na democratização

do acesso aos cidadãos dos bens ofertados pelo Estado. Nesse sentido, criar novos museus é também democratizar o acesso da população a bens culturais.

Woronkowicz (2013) relata que a maioria da literatura atual relaciona o benefício advindo da criação de novas instituições ao campo econômico e ao desenvolvimento social de comunidades (CURRID, 2007; FLORIDA, 2002; LLOYD, 2005; MARKUSEN & KING, 2003; PRATT, 1997; SCOTT, 2005 apud WORONKOWICZ, 2013). Entretanto, segundo a autora, há poucos trabalhos que identificam, por exemplo, em que consiste a demanda que gera a construção de uma nova instituição cultural ou de como medir o impacto nas comunidades da criação de uma instituição cultural.

No Brasil, Santos (2004) reitera a importância do museu na sociedade; contudo, aponta que ainda são escassas as pesquisas que relacionam as atividades desenvolvidas pelos museus às transformações na sociedade.

Não há, entretanto, estudos que abordem o tema específico da avaliação de políticas públicas de indução para a criação de novos museus, talvez pelo fato de o próprio tema da política pública relacionada à cultura ser ainda marginal ao processo político, de acordo com o Relatório do British Council, *Culture Matters* (HOWSON, P.; DUBBER, 2014). Outro fator que pode ser explicativo para a escassez de estudos é a falta de base consolidada de dados na área da cultura em geral, o que pode ser um impeditivo para a condução de pesquisas quantitativas nessa área, conforme concluiu o Relatório Final do *European Statistical System Network on Culture* (BÍNA et al., 2012).

Nem nos anos em que foi publicado, nem após a sua última realização, em 2013, houve avaliação dos impactos desse edital. Assim, tendo em vista que um dos objetivos da PNM, por meio do instrumento do edital Mais Museus, era descentralizar a criação de instituições museológicas no País (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011), torna-se relevante sistematizar dados referentes à localização dos novos museus criados em território nacional, de modo a avaliar o impacto, ainda que indireto, desse instrumento governamental no atingimento de um dos objetivos da PNM.

2.3 Avaliação de políticas públicas

Para Silva (1999), a avaliação e o monitoramento sistemáticos da implementação das políticas públicas são partes fundamentais do processo decisório institucional, pois produzem informações essenciais ao aprimoramento das ações governamentais nas diferentes fases do ciclo. Nesse momento, programas são analisados quanto a seus impactos efetivos, *deficits* de

impacto ou efeitos colaterais indesejados. Essa análise permite subsidiar a tomada de decisão para ações e programas futuros. Caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso, chegar ao fim, ou mesmo iniciar um novo ciclo.

Cohen e Franco (1999) argumentam que monitoramento e avaliação de programas governamentais são ferramentas essenciais para a boa prática gerencial. O monitoramento é uma atividade gerencial interna, que se realiza durante o período de execução e operação. Por sua vez, a avaliação permite que o gestor acompanhe as ações e as revise, quando preciso. A revisão pode ser realizada antes ou durante a implementação da política pública, ao concluir uma etapa ou projeto, e, até mesmo, após o término da política. Ademais, Rezende e Jannuzzi (2008) acrescentam que o objetivo da avaliação consiste em determinar em que grau foram alcançadas as finalidades da política e o quanto do problema que a gerou foi reduzido.

Uma instância central do processo de avaliação, para Cohen e Franco (1999, p. 152), “requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão metas, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que serão verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo”.

Assim, Rezende e Jannuzzi (2008) apontam que, para o desenvolvimento adequado das atividades de monitoramento e avaliação, é preciso dispor de sistema de informações, dados e pesquisas que forneçam pistas sobre o grau de implementação da política, uma vez que esses se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e de formulação de políticas públicas, além de possibilitar o monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil.

Diferentes critérios são encontrados na literatura para a classificação das avaliações, a exemplo do momento da realização, da natureza, da procedência dos avaliadores e da modalidade ou aspecto do programa submetidos à avaliação. O último critério classifica-se em: avaliação formal/conceitual, avaliação do processo ou avaliação de resultado/impacto (COTTA, 1998; COSTA E CASTANHAR, 2003).

O objetivo da avaliação de impacto é verificar em que medida a política foi capaz de alcançar seus objetivos. Avaliam-se os efeitos da política após sua implementação, a fim de verificar se houve modificação na situação-problema que ocasionou sua formulação. Nesse sentido, a avaliação de impacto analisa se um programa atingiu ou não seus objetivos e, em caso positivo, qual a magnitude desse efeito (COTTA, 1998; CARVALHO, 2003).

Uma das técnicas para a avaliação de impacto é o método das diferenças em diferenças (FOGUEL, 2012) ou a técnica diferença da diferença (RAMOS, 2009).

Foguel (2012, p. 74) expõe que o método se baseia no cálculo de uma dupla subtração: uma refere-se “à diferença das médias da variável de resultado entre os períodos anterior e

posterior ao programa, para o grupo de tratamento e para o de controle, e a segunda refere-se à diferença da primeira diferença calculada entre esses dois grupos”. A hipótese central do método é que “a trajetória temporal da variável de resultado para o grupo de controle represente o que ocorreria com o grupo tratado caso não houvesse a intervenção”. Angrist e Krueger (1999 apud RAMOS, 2009, p. 103) esclarecem que a técnica utiliza, portanto, dados em painel para cada grupo e reforçam a necessidade da escolha de variáveis que sejam capazes de fazer comparações e “responder a questões contrafactuais”.

O método constitui um avanço em relação aos métodos ditos “ingênuos”, em que apenas se compara o grupo de tratados com o de não tratados após a intervenção; ou quando o grupo de tratados é comparado antes e depois da intervenção. O avanço refere-se à possibilidade que o modelo tem de controlar a influência de características não observáveis que não se modificaram ao longo do tempo (FOGUEL, 2012). Utiliza-se o termo variáveis de controle para marcar essas características.

Para analisar o experimento natural, é preciso determinar o grupo de controle, que representa a categoria que não foi afetada pela política pública, e o de tratamento, grupo que estava apto a ser afetado pelo evento. Idealmente, ambos os grupos precisam possuir características análogas. A respeito da construção do grupo de controle, Foguel (2012, p. 35) expõe que “encontrar um grupo de indivíduos que represente adequadamente a situação de não tratamento, ou seja, um grupo que funcione como um bom contrafactual do grupo tratado é desafio central para avaliar determinada política”. Dessa forma, a simples participação ou não no programa não é critério suficiente para diferenciar os dois grupos.

2.3.1 Método

2.3.1.1 Variáveis da pesquisa e hipóteses

Para a avaliação do impacto do edital Mais Museus por meio do método de diferenças em diferenças foi necessário definir os anos que representariam o período anterior (t_0) e o posterior (t_1) ao programa e o grupo de tratamento (T_1) e o de controle (T_0).

Optou-se pelo ano de 2009 como período anterior (t_0) ao edital Mais Museus e o de 2015 como posterior (t_1). A escolha pelo ano de 2009 deu-se em razão de alterações metodológicas na operacionalização do CNM ocorridas a partir desse ano. Também o edital teve sua primeira edição lançada em 2007, mas seus resultados publicados apenas em 2008, de modo que, em 2009, os efeitos do edital ainda não podiam ser evidentes, tendo em vista o longo

tempo necessário para a construção de um novo museu. Por sua vez, o ano de 2015 foi escolhido em razão da data de início da presente pesquisa ter sido o ano de 2016.

O grupo de tratamento (T_1) foi composto por todos os municípios que, nos termos do edital, poderiam ser beneficiados pelo Mais Museus, ou seja, municípios com até 50 mil habitantes em 2009 e que não possuíam museus no ano de 2009.

O grupo de controle (T_0) foi definido pelos municípios com até 50 mil habitantes em 2009 e que possuíam ao menos um museu em 2009. A fim de minimizar o viés de autoseleção, optou-se pela escolha de municípios com até 50 mil habitantes em razão de o edital permitir que apenas municípios com até essa quantidade de habitantes (embora sem museus) participassem do instrumento. A escolha baseou-se na hipótese de que municípios com até 50 mil habitantes sejam mais similares entre si do que com um grupo geral de todos os municípios brasileiros.

Vale mencionar que a organização territorial e urbana do País, no entanto, possui fortes diferenças em suas regiões (SANTOS, 2008), de modo que essa diversidade representa uma fragilidade na delimitação do grupo de controle, já que muitas dessas distinções podem afetar a variável de resultado sobre a qual se quer medir o impacto da política (FOGUEL, 2012).

Em 2009, do universo dos 5.562 municípios brasileiros, 4.972 (89,40%) possuíam até 50 mil habitantes. Desse total, 4.261 (85,70%) não possuíam museus em 2009, de modo que pertencem ao grupo de tratamento; e 711 (14,30%) possuíam ao menos um museu em 2009, compondo, assim, o grupo de controle.

Dessa forma, a análise do impacto do edital Mais Museus deu-se, em um primeiro momento, por meio da análise entre o quantitativo de museus (variável dependente) e o tratamento (variável independente) para o grupo de tratamento (T_1) e o de controle (T_0), no período anterior (t_0) e posterior (t_1) ao edital Mais Museus. Assim, Y_1 representa o quantitativo de museus dos municípios tratados e Y_0 o quantitativo de museus para os municípios que compõem o grupo de controle.

Nesse sentido, é possível estimar o efeito médio do tratamento sobre os municípios que compõem o grupo de tratamento. O impacto da mudança pode ser aferido pela equação abaixo:

(1)

$$ATT = E \{Y_1/T = 1, t = 1\} - E \{Y_0/T = 0, t = 1\} - [E \{Y_1/T = 1, t = 0\} - E \{Y_0/T = 0, t = 0\}]$$

Em que:

ATT é o impacto da política sobre a variável dependente;

$E \{Y_1/T = 1, t = 1\}$ é a média da variável dependente para os municípios tratados no ano posterior ao edital (2015);

$\{Y_1/T = 1, t = 0\}$ é a média da variável dependente para os municípios tratados no ano anterior ao edital (2009);

$E \{Y_0/T = 0, t = 1\}$ é a média da variável dependente para os municípios do grupo de controle no ano posterior ao edital (2015);

$E \{Y_0/T = 0, t = 0\}$ é a média da variável dependente para os municípios do grupo de controle no ano anterior ao edital (2009).

2.3.1.2 Variáveis de controle e hipóteses

Na tentativa de evitar que outros fatores possam produzir viés na estimação do efeito da política e de modo a tentar acercar-se da medida mais próxima do efeito puro, foram incluídas variáveis de controle que se supôs que pudessem estar relacionadas à criação de novos museus. Assim, foram inseridas as variáveis de controle População, Unidade Federativa (UF), IDH Municipal (IDHM), Turismo e Litorâneo. A hipótese é que essas variáveis seriam capazes de captar alguns dos efeitos na probabilidade de se criar ou não museus em relação a aspectos não explicitados nas variáveis que compõem o modelo.

Tendo em vista a ausência de dados consolidados sobre aspectos relacionados à cultura cuja unidade de análise seja município, não foi possível inserir outras variáveis de controle. O próprio fato de a pesquisa utilizar municípios pequenos como unidade de análise dificulta a inserção de novas variáveis, visto muitos dos dados não existirem para todos os municípios brasileiros.

As variáveis População e UF foram incluídas por se supor que cidades com maior população (SANTOS, 2004; WORONKOWICZ et al., 2012) e localizadas nos estados Sul e Sudeste (SANTOS, 2004) tenderiam a criar mais museus. Ambas variáveis captam o efeito das características não observadas relacionadas à UF em que o município está localizado.

Estudo conduzido por Woronkowicz et al. (2012) concluiu que níveis elevados de educação e salários explicam por que algumas cidades constroem mais institutos culturais que outras. Desse modo, a escolha pela utilização do IDHM deu-se em razão de sua proximidade com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é a mais conhecida das medidas de desenvolvimento em razão de abarcar várias informações em um só índice (TORRES;

FERREIRA; DINI, 2003). O IDHM foi criado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Fundação João Pinheiro, os quais adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDHM, que se refere à média geométrica dos índices municipais das dimensões renda, educação e longevidade, com pesos iguais.

A seleção da variável Turismo deu-se em razão de se supor que, nos municípios com maior fluxo turístico, haveria maior probabilidade de criação de mais museus. Desse modo, o papel dessa variável no modelo é controlar o efeito do turismo na criação de museus. Para tanto, foi utilizada a Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, que é o “instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro”. O desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro foi medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem por ele obtidas, e os resultados agrupados em cinco categorias pelo Ministério do Turismo. Na categoria A, estão reunidos os municípios com maior desempenho da economia do turismo, ou seja, com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Por sua vez, na E, estão os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, n.p).

A variável Litorâneo foi incluída por se supor que, nas cidades da costa brasileira, haveria mais museus que no interior, uma vez que a urbanização brasileira se deu a partir do seu litoral (SANTOS, 2008). A função dessa variável é controlar o efeito que a localização litorânea possa ter no modelo. A fragilidade desse índice é que não foi possível medir cidades que estão próximas ao litoral, mas que não estão propriamente localizadas na faixa litorânea.

Nesse segundo momento, a análise do impacto do edital Mais Museus deu-se a partir da inserção das variáveis de controle, por meio de uma regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários para dados em painel com efeitos fixos nos municípios. Por meio do uso da regressão, é possível isolar os efeitos de variáveis de controle do efeito puro gerado pelo edital Mais Museus. O uso desse método pressupõe que os efeitos das variáveis de controle que influenciam a variável dependente mantêm-se constantes no tempo. Assim, equação que descreve essa situação é expressa abaixo:

(2)

$$Y_{ist} = \alpha + \theta_i + \gamma t_i + \beta T_i + \delta X_{it} + u_{it}$$

Em que:

α é o termo de intercepto;

θ_i captura o efeito fixo específico para o município i ;

γ é o coeficiente que mede o efeito da *dummy* de tempo;

β captura o impacto da política pública sobre a variável dependente;

T é uma variável *dummy* que identifica se o município está ou não sob tratamento;

δ é o vetor de coeficientes associados às variáveis independentes;

X_{it} é a matriz de variáveis independentes para cada município i , no tempo t ;

u_{it} é o termo de erro.

2.3.1.3 Base de dados

Os dados foram coletados em bases de órgãos oficiais brasileiros, tendo como unidade de análise todos os municípios brasileiros com até 50 mil habitantes. Foram coletados os seguintes dados para cada um dos municípios: número de museus de 2009 e 2015, Unidade da Federação, população estimada de 2009 e 2015, IDHM de 2000 e 2010, categorização turística do município de 2015 e localização litorânea, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no modelo, descrição, fonte de dados e anos observados.

Variável	Descrição	Fonte de dados	Anos observados
Museu	Quantitativo de museus por município	Cadastro Nacional de Museus	2009 e 2015
Tratamento	Variável <i>dummy</i> que indica se o município pertence ao grupo de controle ou de tratamento	Cadastro Nacional de Museus	2009 e 2015
Temporal	Variável <i>dummy</i> que indica se o período é anterior ou posterior à política	-	2009 e 2015
População	População residente total estimada	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2009 e 2015
UF	27 variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual Unidade da Federação pertence o município	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2009 e 2015
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano de cada município	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	2000 e 2010
Turismo	Cinco variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual categoria de fluxo turístico e número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem pertence o município (A, B, C, D, E)	Ministério do Turismo	2016
Litorâneo	Variável <i>dummy</i> que indica se o município está ou não localizado no litoral brasileiro	Geógrafos	-

Fonte: Elaboração própria.

As informações sobre o quantitativo e a localização de todos os museus brasileiros em 2009 e em 2015 foram obtidas por meio do CNM (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015).

As informações referentes à população de 2009 e 2015 foram coletadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), na seção Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros. Ambos trazem as estimativas anuais de população dos municípios brasileiros com data de referência para 1º de julho dos anos supracitados.

A variável IDHM foi extraída do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014), na seção Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios. Tendo em vista a inexistência do IDHM dos anos de 2009 e 2015, novas variáveis foram criadas a partir da estimativa dos dados

existentes. A estimação foi realizada por meio de uma combinação linear a partir dos anos disponíveis para cada uma das variáveis, que foi calculada pela subtração do ano mais recente pelo ano mais antigo e dividida pela somatória do tempo entre esses dois períodos. Em seguida, multiplicou-se o coeficiente angular pelo número resultante da diferença entre o ano do dado mais antigo e o ano da nova variável desejada. A esse resultado somou-se o dado do ano mais antigo, de modo que foram criadas as variáveis IDHM 2009 e IDHM 2015.

Foram adotadas as cinco categorias do Mapa do Turismo Brasileiro em sua Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

A variável Litorâneo foi extraída do sítio Geógrafos (2017), o qual lista os municípios que compõem o litoral brasileiro.

2.4 Resultados

Para a avaliação do impacto do edital Mais Museus, os resultados foram analisados por meio de quatro modelos de regressão linear distintos. O modelo 1 conta apenas com a variável relativa ao recebimento do tratamento, de modo que foram identificadas apenas as diferenças entre o grupo de tratamento e o de controle. No modelo 2, foram acrescentadas as informações relativas ao efeito temporal. No modelo 3, além das variáveis anteriores, foram introduzidos os efeitos estaduais e de população. O modelo 4 incluiu todas as variáveis de controle, de modo que foram inseridas as demais variáveis que se supôs serem relevantes para o crescimento do número de museus em municípios brasileiros. Os resultados dos quatro modelos testados constam da Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados das regressões para o crescimento de número de museus em municípios com até 50 mil habitantes.

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Efeito de tratamento	- 0,265***	-1,306***	-1,211***	-1,074***
População (milhares)			0,009***	0,0006***
IDHM				0,914***
Turismo A				2,645***
Turismo B				0,914***
Turismo C				0,365***
Turismo D				0,087***
Turismo E				0,012
Litorâneo				-0,135***
Efeito temporal		Sim	Sim	Sim
Efeito estadual			Sim	Sim
F	497,004***	2.052,964***	1.528,432***	193,136***
R²	0,048	0,292	0,316	0,406
R² ajustado	0,048	0,292	0,315	0,403

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Significância entre parênteses com $p < 0,10 = *$, $p < 0,05 = **$ e $p < 0,01 = ***$.

O efeito de tratamento apresentou resultado negativo e significância estatística nos quatro modelos testados. Vale ressaltar que os dois primeiros modelos são “ingênuos” e não se propõem a explicar o fenômeno, mas apenas testar a hipótese de quase-experimento. De qualquer forma, nos modelos 3 e 4, mais robustos por incluírem variáveis de controle, os resultados mantêm-se negativos.

Dessa forma, nos quatro modelos apresentados, o grupo de tratamento obteve uma taxa de crescimento do número de museus menor do que o grupo de controle, o que parece indicar o baixo impacto do instrumento. Assim, assumindo as hipóteses que sustentam esse trabalho e o modelo proposto de investigação, não se pode afirmar que o edital Mais Museus tenha alcançado seu propósito de criação de museus em municípios com até 50 mil habitantes e que não possuíam museus. O que se verifica a partir dos resultados apresentados é que a política de incentivos não é suficiente para expandir a oferta de museus, uma vez que se verifica que outros fatores socioeconômicos e sociais são essenciais em combinação para que esse tipo de política encontre seus efeitos.

O que parece mais associado à criação de novos em municípios com até 50 mil habitantes são os aspectos relacionados às variáveis de controle observadas nos modelos 3 e 4. O efeito temporal foi positivo e obteve significância estatística nos três modelos testados. O crescimento do número dessas instituições em um período de seis anos era um fenômeno esperado. Vale ressaltar, entretanto, que o crescimento se deu nos dois grupos, o que corrobora com os resultados que demonstram a neutralidade do instrumento.

De igual forma, quando controlados os efeitos regionais e populacionais, por meio das variáveis UF e População, o resultado do efeito tratamento manteve-se negativo. Os resultados, com significância estatística, evidenciaram relação direta entre população e criação de museus.

Constatou-se haver relação direta entre criação de museus e as variáveis de controle IDHM e fluxo turístico, ambas com significância estatística. Desse modo, os resultados parecem indicar a importância do desenvolvimento humano e do turismo na criação de museus em municípios com até 50 mil habitantes.

A variável Litorâneo, entretanto, apresentou resultados negativos, o que sugere que municípios litorâneos não instituíram mais museus, indo de encontro à pressuposição inicial de que essa localização influenciaria na criação dessas instituições.

O edital Mais Museus parece inócuo em seus propósitos de criação de museus, uma vez que o efeito de tratamento foi negativo, com significância estatística, para os quatro modelos testados. A pequena variação do efeito de tratamento nos resultados dos modelos 2, 3 e 4 parece apontar certa robustez dos resultados.

2.5 Conclusões

O presente trabalho propôs avaliar se o edital Mais Museus contribuiu para a criação de museus em municípios com até 50 mil habitantes e que não possuíam museus.

A pesquisa apontou que tanto o grupo de controle quanto o de tratamento apresentaram aumento na quantidade de museus entre os anos de 2009 e 2015. Contudo, o efeito de tratamento apresentou valores negativos nos quatro modelos testados, o que sugere o baixo impacto da política em questão. Ademais, ressalta-se que a pequena variação da variável Efeito de Tratamento nos últimos três modelos indica que as variáveis inseridas no presente estudo lograram controlar satisfatoriamente os efeitos não observáveis.

Apesar de o impacto da política estudada ser baixo, é importante ressaltar que a sua não implementação poderia ter resultado em um número ainda menor de novos museus em municípios pequenos e sem museus.

O baixo impacto da política pode estar relacionado à fragilidade do edital Mais Museus, bem como pode estar ligado a fatores diversos, externos a própria política.

A respeito das fragilidades do instrumento, em primeiro lugar, é preciso reiterar que o edital previa apenas apoio a medidas que contribuíssem indiretamente para a criação de um novo museu. Assim, devido aos altos custos envolvidos na implantação de um museu, o incentivo talvez não fosse suficiente para a sua criação. Dessa forma, para a construção do

museu, seria necessário haver aporte de recursos também por parte dos outros entes aptos a participarem do edital, a exemplo de prefeituras e demais pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

Outro fator a se avaliar é se há demanda em municípios pequenos para a criação de novos museus. É importante apontar que, uma vez que se incentiva a criação de um novo museu, negligenciam-se outras ações que poderiam ser mais relevantes para o município, a exemplo da modernização de uma instituição museal já existente.

Segundo Woronkowicz (2013), houve na última década nos Estados Unidos uma grande expansão na criação de instituições culturais que ultrapassou, por exemplo, a construção de centros de saúde. A autora relata que a motivação para a construção dessas novas instituições era trazer mais público e, com isso, atrair doações privadas. Entretanto, na grande maioria dos casos, a experiência não se deu conforme previamente planejado.

Wynn (2017), ao comentar sobre o *boom* de museus nesse país, argumenta que museus são instituições que necessitam não apenas de alto investimento inicial, mas também de verba contínua para se manterem, tendo em vista serem instituições sem fins lucrativos. Segundo o autor, nos Estados Unidos, vários museus após construídos não conseguem ser mantidos.

Museus brasileiros passam pelo mesmo problema de falta de recursos para se manterem. A esse respeito, Valiati (2014, p. 118) observa que:

A disponibilidade restrita de recursos públicos é uma ameaça crônica, a despeito do esforço empreendido ao longo da década de estruturar um sistema de investimento voltado para o setor museal. Além disso, as fontes alternativas de captação de recursos (lojas, restaurantes, cafés e livrarias), quando existentes, são insuficientes para fazer frente ao custo das atividades desenvolvidas pelo museu. O caso dos museus públicos ainda é mais grave nesse aspecto, uma vez que, conforme o artigo 56 da Lei Federal n.º 4.320/1964, o recolhimento de todas as receitas públicas faz-se em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria (caixa único), seja em que nível for — federal, estadual ou municipal —, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Desse modo, antes de se incentivar a criação de novas instituições, é preciso avaliar também a possibilidade de autossustentabilidade futura⁶. Woronkowicz (2013) argumenta que, apesar de serem extensos os estudos sobre o impacto positivo das artes no desenvolvimento das comunidades, ainda não há consenso na literatura de como medir esses impactos, mas que os elaboradores de política pública continuam a utilizar esse argumento para embasar as decisões de construção de novas instituições.

⁶ O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, devido a dificuldades financeiras, anunciou em março de 2018 que colocaria à venda a tela N.º 16, de Jackson Pollock. A partir da venda, estimada em US\$ 25 milhões, o museu pretende criar um fundo, que, a partir de seus rendimentos torne o MAM autossustentável por pelo menos 30 anos.

Outro ponto importante é que apenas uma política de incentivo a criação de museus não é suficiente sem uma política para a manutenção das novas instituições criadas. Desse modo, além do financiamento público, hoje é também preciso pensar em formas alternativas de financiamento, a exemplo de criação de associações de amigos de museus e de fundos patrimoniais.

Woronkowicz (2013) adverte, ainda, que é preciso atentar para a real necessidade de construção de uma nova instituição, uma vez que a decisão pode ser motivada por interesses outros que não o bem público. A autora cita como exemplo a possibilidade de um filantropo estar interessado na construção de uma instituição a fim de perpetuar o nome de sua família e, com isso, ganhar capital social. No caso brasileiro, é importante atentar para a possibilidade de políticos utilizarem a criação de novos museus como forma de autopromoção, sem avaliar se existe demanda para isso ou mesmo meios para o sustento da nova instituição.

Ressalta-se, porém, que a situação brasileira é muito diversa da americana — em 2015, havia no Brasil cerca de 3.500 museus e nos Estados Unidos, mais de 35.000 —, de modo que não se defende aqui que não se criem novos museus no Brasil. Entretanto, conforme alerta Woronkowicz (2013), quando a demanda do setor cultural não é apropriadamente analisada, pode ocorrer de organizações criarem instituições as quais não podem sustentar. Assim, ignorar as características que ajudam a definir a demanda por cultura em comunidades pode ter sérias consequências para as novas instituições culturais criadas.

Nesse sentido, tendo em vista que uma das utilidades mais óbvias da avaliação é a utilização das “informações produzidas para a melhoria do desenho do próprio programa em questão” (BARROS; LIMA, 2012, p. 14), sugere-se que estudos sejam realizados previamente para auxiliar no desenho de programas subsequentes que possuam objetivos similares ao edital Mais Museus. Ou, ainda, estudos a fim de identificar se há demanda para novos museus e, se após a sua criação, essas novas instituições seriam capazes de serem sustentáveis.

Há, no entanto, ausência de estudos disponíveis no Brasil que forneçam dados a respeito de como é formada a demanda pela instituição de novos museus, a exemplo do elaborado por Woronkowicz et al. (2012), em que são identificados os fatores demográficos e econômicos que determinam a demanda para a construção de novas instituições culturais nos Estados Unidos.

O presente estudo concluiu, a partir dos resultados aqui produzidos, que o crescimento do número de museus em municípios com até 50 mil habitantes entre 2009 e 2015 não está relacionado às ações do edital Mais Museus. Na realidade, o crescimento parece estar mais

relacionado às variáveis de controle, observadas no modelo 3 e 4, como População, IDHM e Turismo, uma vez que seus resultados obtiveram valores positivos com significância estatística.

2.6 Referências

BARROS, R. P.; LIMA, L. Por que, para que e quando fazer?. In: MENEZES, N. F. (Org.). **Avaliação Econômica de Projetos Sociais**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2012.

BÍNA et al. **European Statistical System Network on Culture**: final report. Luxemburgo: European Commission/Eurostat, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 01 fev. 2017.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez., 2003.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out., 2003.

COTTA, T. C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília, **Revista do Serviço Público**, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

FABBRI, A. **Museus: o que são, para que servem?** (Coleção Museu Aberto). São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

FOGUEL, M. N. Diferenças em Diferenças. In: MENEZES, N. F. (Org.). **Avaliação Econômica de Projetos Sociais**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2012.

GEÓGRAFOS. **Municípios brasileiros que são banhados pelo oceano atlântico**. Disponível em: <<http://www.geografos.com.br/praias-do-brasil/>>. Acesso em: 1 set. 2017.

HOWSON, P.; DUBBER, J. **Culture Matters**: why culture should be at the heart of future public policy. Londres: British Council, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Estimativas populacionais anuais de população para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 1 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (BRASIL). **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. **Cadastro Nacional de Museus**. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm>>. Acesso em: 1 out. 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA (BRASIL). **Política Nacional de Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272>. Acesso em: 1 set. 2017.

OLLAIK, L. G. **A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso**: estudo comparativo de três instrumentos governamentais. 2012. 248p. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PLAZA, B.; HAARICH, S. N. The Guggenheim Museum Bilbao: Between Regional Embeddedness and Global Networking. **European Planning Studies**, v. 23, n. 8, p. 1456-1475, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, M. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 32 jan/jul., 2009.

REZENDE, L. M. e JANNUZZI, P. M. Monitoramento e Avaliação do PDE: IDEB e painel de indicadores. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 121-150, 2008.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun., 2007.

SANTOS, M. S. Museus brasileiros e política cultural. **RBCS**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun., 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, P. L. B. **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários**. Campinas: Nepp/Unicamp, 1999.

TOLENTINO, A. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista CPC**, São Paulo, n. 4, p. 72-86, maio/out., 2007.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003.

TORRES, I. Arte, Estado y política: los proyectos de fomento a la cultura artística en el legislativo municipal de Montevideo. **Cuadernos del clae**, Montevideo, segunda serie, v. 34, n. 101, 2015.

VALIATI, L. **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 142 p., 23 cm. (Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 2), 2014.

WORONKOWICZ et al. **Set in stone building America's new generation of arts facilities, 1994-2008**. Final report. Chicago: Cultural Policy Center at the University of Chicago, 2012.

WORONKOWICZ, J. The determinants of cultural building: Identifying the demographic and economic factors associated with cultural facility investment in US metropolitan statistical areas between 1994 and 2008. **Cultural Trends**, v. 22, n. 3-4, p. 192-202, 2013.

WYNN, J. Why cities should stop building museums and focus on festivals. **The conversation**, Londres, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://theconversation.com/why-cities-should-stop-building-museums-and-focus-on-festivals-57333>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

3. Segundo artigo: Fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros

Resumo

Este estudo pretende identificar quais fatores estão associados à existência de museus em municípios brasileiros. Primeiramente, realizou-se breve histórico sobre a criação de museus em território brasileiro, do século XVII até os dias atuais. Em seguida, relacionou-se a existência de museus a variáveis socioeconômicas e demográficas dos municípios brasileiros por meio de regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários para o ano de 2015 para todos os municípios brasileiros. Os resultados demonstraram haver correlação positiva entre população municipal, nível de desenvolvimento do município, atividades turísticas e contextos regionais.

Palavras-chave: Política cultural, museus brasileiros, característica socioeconômicas e demográficas.

Abstract

This study intends to identify which factors are associated with the existence of museums in Brazilian cities. First, it presents a brief history about the creation of museums in Brazilian territory, from the 17th century to the present day. Then, the creation of museums was related to socioeconomic and demographic variables of Brazilian cities by means of linear regression by Ordinary Least Squares for the year 2015 for all Brazilian cities. The results showed a positive correlation between municipal population, municipality's level of development, tourist activities and regional contexts.

Keywords: Cultural policy, Brazilian museums, socioeconomic and demographic characteristics.

3.1 Considerações iniciais

Os fatores que influenciam cidades a criarem museus são complexos, uma vez que podem ser determinados por forças políticas, sociais ou por interesses privados. Também não é uma tarefa simples encontrar correlação entre fatores que determinam as motivações para a criação de museus ou outras instituições culturais.

Woronkowicz (2013) expõe que há também características demográficas e econômicas que incentivam a construção de novas instituições culturais, a exemplo de população e seus níveis de renda e educação; quantidade de moradores que sejam artistas na cidade; saúde financeira de organizações relacionadas à cultura, entre outras.

A maioria da literatura atual relaciona a criação de novas instituições museológicas a benefícios econômicos e sociais às comunidades em que estão localizados (WORONKOWICZ, 2013). Para Ollaik (2012), as pesquisas da área de museus normalmente relacionam-se às

disciplinas da Antropologia, História e Museologia, havendo uma carência de estudos sob o ponto de vista das políticas públicas. Tampouco a área de museus tem sido um campo de estudo prioritário para os economistas (JOHNSON; THOMAS, 1998).

Santos (2004) reforça a necessidade de estudos que melhor compreendam o padrão de crescimento do número de museus no Brasil. Para tanto, a autora reforça a necessidade de acesso a dados quantitativos e qualitativos da área museológica para compreender quais elementos estão relacionados à criação de novas instituições e quais fatores influenciam a sua multiplicação, especialmente no que tange ao desenvolvimento histórico e cultural de cada região.

Nesse sentido, o presente estudo visa identificar quais fatores estão associados à existência de museus em municípios brasileiros. Desse modo, pretende-se relacionar o quantitativo de museus a variáveis socioeconômicas e demográficas dos municípios brasileiros.

3.2 Histórico da criação de museus em território brasileiro

A atuação do Estado nas políticas museológicas, no que tange à criação de museus no Brasil, remonta ao século XIX. A criação do Museu Real, em 1818, é utilizada por Machado (2010) como marco inicial da atuação do Estado na implementação de museus brasileiros.

Entretanto, as duas primeiras instituições que mais se assemelham a museus foram criadas antes disso, ainda no Período Colonial. A primeira surgiu durante a dominação holandesa (1630-1654) em Pernambuco, no parque do Palácio de Vrijburg. Tratava-se de uma conjunção de museu, jardim botânico, jardim zoológico e planetário e foi criada por Maurício de Nassau (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007).

A segunda, a Casa de História Natural, foi instalada no Rio de Janeiro em 1784. Seu objetivo primordial — parte da política de diversificação da economia portuguesa — era o envio de coleções e produtos naturais para Lisboa. Enquanto esses não eram enviados, ficavam expostos, o que explica a denominação de museu. O local é conhecido na literatura também por Casa Xavier dos Pássaros, nome do primeiro responsável pela instituição (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007; LOPES, 2009; CONSIDERA, 2011).

Ambas instituições estavam inseridas no contexto das viagens ocorridas a partir do século XV, que propiciaram a “descoberta” dos novos mundos. A expansão das fronteiras culminou também na recolha de objetos considerados exóticos das novas terras aos museus

européus. Isso impulsionou a criação de museus de história natural na Europa no final do século XVIII, que passam a substituir os antigos mostruários europeus (LOPES, 1998). Para Machado (2010, p. 138), as políticas empreendidas pela coroa portuguesa durante o período colonial “foram bastante reticentes e ligadas ao pensar museal europeu desse momento”.

Por sua vez, com a transferência da família real portuguesa para território brasileiro e a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, a política museológica assume características próprias ao Brasil (MACHADO, 2010). Exemplo disso foi a demolição da Casa Xavier dos Pássaros para que, em seu lugar, fosse construído, em 1818, o Museu Nacional, originalmente denominado Museu Real. A nova instituição, criada mediante decreto, tinha por finalidade propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil. O novo museu incorporou parte do acervo da Casa Xavier dos Pássaros e também de outras instituições (LOPES, 2009). Atualmente, o Museu Nacional é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e é a mais antiga instituição museológica do Brasil.

Segundo Machado (2010, p. 139), o século XIX ficou conhecido como a “era dos museus brasileiros”, e foi marcado pela fundação de três importantes museus: o já referido Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1894). Os três alinhavam-se ao modelo de museu etnográfico e, de acordo com Julião (2006), tiveram relevância na preservação de artefatos e espécies nacionais, o que permitiu o início da prática das ciências naturais no Brasil.

O Quadro 1 relaciona todos os museus criados até o século XIX em território brasileiro, listando ano de criação, cidade e Unidade Federativa (UF).

Quadro 1 – Museus criados até o século XIX em território brasileiro.

Nome do museu	Ano de criação	Cidade	UF
Palácio de Vrijburg	1642	Recife	PE
Casa Xavier dos Pássaros	1784	Rio de Janeiro	RJ
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	1808	Rio de Janeiro	RJ
Museu Real	1818	Rio de Janeiro	RJ
Museu da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro	1826	Rio de Janeiro	RJ
Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro	1838	Rio de Janeiro	RJ
Gabinete de História Natural do Maranhão	1844	n/a	MA
Museu do Exército	1864	Rio de Janeiro	RJ
Museu Paraense Emílio Goeldi	1866	Belém	PA
Museu Naval e Oceanográfico	1868	Rio de Janeiro	RJ
Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	1869	Maceió	AL
Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico	1873	Rio de Janeiro	RJ
Museu Paranaense	1876	Curitiba	PR
Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto	1876	Ouro Preto	MG
Museu Escolar Nacional	1883	Rio de Janeiro	RJ
Museu Botânico do Amazonas	1883	Manaus	AM
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	1891	Rio de Janeiro	RJ
Museus do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	1894	Salvador	BA
Museu Paulista	1895	São Paulo	SP
Museu Academia Nacional de Medicina	1898	Rio de Janeiro	RJ

Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2000, 2004); Julião (2006); Instituto Brasileiro de Museus (2011); Machado (2010); Petry e Silva (2013); e Furtado (2013).

Conforme se verifica no Quadro 1, a maioria dos museus do País concentrava-se no Rio de Janeiro. Além do Museu Real, a cidade contava com mais dez instituições; as demais também estavam localizadas em grandes cidades.

Os museus do século XIX no Brasil acompanharam, de certa forma, a tradição europeia dos denominados gabinetes de curiosidades. Segundo Considera (2011, p. 2), essas instituições estão relacionadas às ciências naturais e eram comuns “na Europa dos séculos XVII e XVIII, que inclusive contavam com uma infinidade de objetos ‘exóticos’ retirados do Brasil

por viajantes em suas pesquisas”. As coleções reuniam espécies e objetos que eram classificados por naturalistas a fim de serem enviados a Portugal.

Nesse esteio, Santos (2000) afirma que a maioria dos museus criados no século XIX no Brasil estavam preocupados em possuir amostras de riquezas naturais e espécies locais. Dessa forma, voltavam-se basicamente para a coleção de riquezas naturais, não sendo interesse desses museus narrar a história da nação ou colecionar objetos da humanidade.

Como exemplo, Machado (2010) expõe que importantes exemplares da fauna, da flora, dos minerais e de artefatos indígenas foram incorporados ao Gabinete de História Natural de Portugal. Embora o nacionalismo não fosse a principal temática desses museus, segundo Julião (2006, p. 20), ao expor a diversidade natural do País, as instituições acabaram por “contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos”. Por outro lado, Santos (2000) argumenta que, não obstante a concentração de museus de história natural no Brasil nesse período, estes não obtiveram muito sucesso na representação da diversidade natural do País, visto serem escassas as coleções das riquezas naturais.

A mudança na tipologia dos museus no Brasil inicia-se com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que passa a ter papel relevante na propagação de ideais iluministas. Dessa forma, museus passam a ser compreendidos como locais de preservação de fatos, de datas e da memória de grandes personagens históricos e como meios de ensino da história. Consequentemente, ocorre gradualmente uma mudança no perfil dos museus brasileiros: de instituições de propagação de história natural para locais voltados à preservação e à exaltação da história nacional e de seus heróis. Esse novo perfil de museu teve sua visão formulada pela elite de então, que entendia o museu como espaço para difusão de uma memória nacional, a partir de uma perspectiva tradicionalista e patriótica (MACHADO, 2010).

Essa alteração é refletida na criação, no Rio de Janeiro, do que Julião (2006) considera uma das mais importantes instituições brasileiras, o Museu Histórico Nacional (MHN). A nova instituição, instalada já no período republicano, em 1922, foi idealizada por Gustavo Barroso, historiador e administrador da cultura. Eram objetivos do novo museu: integrar passado e presente, exaltar as glórias pátrias e cultuar as tradições nacionais. Para Barroso, a função do museu seria despertar nos cidadãos um sentimento de amor e respeito à pátria, e o seu estabelecimento representou a importância dada pelo Estado à política cultural.

Nesse momento, o patrimônio cultural é entendido na forma de monumentos e fatos representativos dos grandes feitos da história da nação. Dessa forma, a ideia de preservação do patrimônio histórico relaciona-se ao estudo, à conservação e à preservação de edifícios ou obras

relacionadas à história do Brasil, o que se reflete na criação de museus nacionais. A intenção por trás dessa noção de patrimônio relaciona-se a um projeto de Estado de construção da identidade brasileira. Por meio da criação de bens públicos, propriedade de todos os cidadãos, a intenção era inculcar a noção de cidadania na sociedade. O Estado atuaria, então, como guardião dos bens culturais, e o patrimônio contribuiria para tornar visível a entidade ideal de nação (MACHADO, 2010).

Julião (2006) dispõe que esse novo tipo de museu nacional predominou no Brasil até 1930, momento em que as teorias evolucionistas que os sustentavam entraram em descrédito no mundo.

A criação do Museu Real e do MHN representa marcos na discussão de políticas no campo museológico. Os dois museus são exemplos de como o Estado agiu para estabelecer uma política para os museus no Brasil. Machado (2010) expõe que, ao se analisar o conjunto de políticas culturais para a área de museus, nota-se forte influência do pensamento europeu sobre a concepção de museu do século XIX, em que há uma transição do modelo de gabinete de curiosidades para museus históricos, cuja função era reforçar a pátria e expor objetos representativos dos grandes feitos nacionais.

Um terceiro marco da atuação do Estado nas políticas no campo museológico foi a criação de um órgão responsável pela condução de uma política para o patrimônio cultural, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — hoje Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan).

Para Machado (2010, p. 142), a atuação do SPHAN visava à preservação dos bens culturais da história nacional. Isso, segundo a autora, divergia do plano elaborado por Gustavo Barroso, de culto ao passado sob a ótica dos grandes feitos e dos heróis nacionais, a partir de uma “perspectiva de monumentalidade, principalmente nos museus”.

A temática de proteção de bens e obras do patrimônio brasileiro consolidou-se a partir de 1934, por meio da atuação de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Constitucional de Getúlio Vargas. A temática do patrimônio nesse momento relaciona-se a dois pressupostos do modernismo: o caráter universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social (MACHADO, 2010).

A concepção do que era patrimônio e de qual seria a linha de atuação do órgão estava dividida entre dois grupos de ideologias distintas. Julião (2006, p. 22) observa que, em 1936, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto da instituição, cujo texto pretendia institucionalizar uma política de patrimônio que contemplasse as diferentes manifestações da cultura brasileira:

convicto de que os museus poderiam prestar-se como espaços de preservação da cultura do povo e exercer importante função educativa, Mário de Andrade propôs a criação de quatro grandes museus, que corresponderiam aos quatro livros de tombos a serem adotados: arqueológico e etnográfico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas e tecnologia industrial.

Machado (2010) acrescenta que a política de museus apresentada nesse anteprojeto contemplava uma moderna concepção para a época, de museus como “agências educativas”. Esse novo ideal tinha como intenção criar museus que destoariam da concepção de museu nacional, de heróis e seus grandes feitos, para uma concepção de museus técnicos, que dariam ênfase aos ciclos econômicos brasileiros, tal como o do ouro, do ferro, da criação de locomotivas e da história da imprensa. O plano também previa a criação de museus municipais, cuja temática deveria relacionar-se com a identidade local.

Entretanto, a proposta elaborada por Mário de Andrade não foi adiante, e o órgão “oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais” (JULIÃO, 2006).

O SPHAN é finalmente criado em 1937, já no Estado Novo. De acordo com Machado (2010), as políticas empreendidas pelo SPHAN trouxeram novas formulações de preservação de monumento e de patrimônio e, nesse momento, funcionaram como conformação ideológica do Estado Novo.

Embora Julião (2006, p. 22) aponte que a prática do SPHAN tenha seguido uma trajetória distinta da idealizada por Mário de Andrade e que, “em detrimento do pluralismo cultural contemplado no anteprojeto de 1936, o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais”, Fonseca (1997) dispõe que pelo menos parte do projeto inicialmente proposto por Mário de Andrade foi realizado pelo SPHAN.

No que tange à questão museológica, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, redator do novo projeto de criação do SPHAN, reafirmou a importância dos museus nacionais, mas também acatou dispositivos previstos por Mário de Andrade. Assim, o Decreto-Lei n. 25 (BRASIL, 1937) previa o incentivo à criação de novos museus:

Art. 24. A união manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do MHN e do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), tantos outros museus quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de oferecer assistência à instituição de museus estaduais e municipais com finalidade similares.

Machado (2010) chama atenção ao fato de o texto desse artigo dar a entender que o Estado é intérprete dos valores culturais do país. O novo projeto reforçava a questão nacional dos museus, deixando de lado a intenção do primeiro projeto de que museus deveriam representar a identidade da comunidade local. Costa (2002), por outro lado, comenta que, apesar de ter sido dedicado um único artigo sobre criação de museus, o disposto deixou margem para a criação de quantos museus fossem necessários, além de oferecer assistência a estados e municípios que desejassem criá-los.

A seguir, o Quadro 2 apresenta os museus criados pelo SPHAN, ou por intermédio ou com o apoio da superintendência, entre os anos de 1937 e 1967.

Quadro 2 – Museus criados pelo SPHAN, ou por intermédio ou com o apoio da superintendência entre 1937 e 1967.

Nome do museu	Ano de criação	Cidade	UF
Museu Nacional de Belas Artes	1937	Rio de Janeiro	RJ
Museu da Inconfidência	1938	Ouro Preto	MG
Museu Imperial	1940	Petrópolis	RJ
Museu das Missões	1940	Santo Ângelo	RS
Museu Histórico Abílio Barreto	1943	Belo Horizonte	MG
Museu do Ouro	1945	Sabará	MG
Museu Regional Casa dos Ottoni	1949	Serro	MG
Museu de Arqueologia e Artes Populares	1949	Paranaguá	PR
Museu das Bandeiras	1949	Goiás	GO
Museu Regional de Caeté	1950	Caeté	MG
Museu Victor Meirelles	1952	Florianópolis	SC
Museu do Diamante	1954	Diamantina	MG
Museu da Imigração e Colonização	1957	Joinville	SC
Museu da Abolição	1957	Recife	PE
Museu Regional de São João Del Rey	1958	São João Del Rey	MG
Museu da República	1960	Rio de Janeiro	RJ
Museu do Folclore	1968	Rio de Janeiro	RJ

Fonte: Elaboração própria a partir de Costa (2002); Julião (2006); Machado (2010); Instituto Brasileiro de Museus (2011); e Silva (2015).

Julião (2006) dispõe que, embora a principal atribuição do SPHAN fosse resguardar o patrimônio histórico, o órgão incentivou a criação de novos museus no País, muitos desses localizados fora do eixo Rio - São Paulo, conforme verifica-se no Quadro 2. Assim, o SPHAN teve sua atuação marcada pela criação de importantes museus regionais.

Costa (2002) chama atenção para a importância da criação dos museus regionais pelo SPHAN, em especial por tratarem de expressões culturais do interior do Brasil, sem ligação com o litoral.

Em 1953, a partir de dados do SPHAN, da Divisão de Estatísticas do Ministério da Educação e Saúde e do Museu Nacional, é lançada a publicação *Museums of Brazil*, produzida por Heloísa Alberto Torres (TORRES, 1953). Conquanto a publicação não tenha feito referência ao instrumento de coleta dos dados, a obra dispõe que, nesse ano, havia no Brasil 175 museus. A publicação, entretanto, considera como museu o Conselho Estadual de Museus e Bibliotecas da Secretaria de Educação de São Paulo e também instituições em processo de implantação (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Por sua vez, a publicação Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, lançada em 1958, arrola informações referentes a 145 museus, 30 a menos do que o apresentado na publicação *Museums of Brazil* (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

O período que sucede o fim do Estado Novo, entre 1945-1964, representa anos em que houve uma continuidade nas políticas culturais e de preservação do patrimônio, segundo Silva (2015).

Já o regime militar, conforme assinala Machado (2010), foi uma inflexão na política museológica que vinha sendo empreendida até então, especialmente pelo SPHAN. Durante esse período, os museus passam a ser utilizados como propagadores das ideias desse momento da história.

Em âmbito internacional, entretanto, Julião (2006) aponta que novas concepções sobre o que são e para que servem os museus surgem no âmbito da mesa-redonda da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura em colaboração com o *International Council of Museums* ocorrida em 1972, em Santiago, Chile.

A partir daí, novas funções começam a ser delineadas para os museus: diminui-se a importância dada às coleções e cresce a preocupação sobre o visitante e sobre o que o museu quer comunicar. Há também um crescente interesse no que diz respeito à diversidade cultural e à proteção do patrimônio de minorias, o que impactou na forma como os museus passam a trabalhar a educação (JULIÃO, 2006).

Machado (2010) dispõe, entretanto, que, no Brasil, essas novas funções consolidar-se-ão apenas com a redemocratização. O impacto dessas novas concepções é percebido na mudança dos discursos dos museus históricos e também na criação de museus de ciência e tecnologia. Isso representou uma nova inflexão na história dos museus brasileiros: a passagem do paradigma de museu histórico para o museu educativo, que incentivava a participação do visitante.

Em 1972, é lançada a primeira edição da publicação do Guia dos Museus do Brasil, que registrou a existência de 399 museus, dispostos em ordem alfabética. Em 1978, lança-se a

segunda edição do guia, que arrola 401 museus por UF (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Em 1983, o Catálogo dos Museus do Brasil relaciona informações a respeito de 926 instituições. Em sua terceira edição, datada de 1986, foram arrolados 1.158 museus, o “número mais alto de museus publicamente disseminados no Brasil durante o século XX” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. XXII).

Santos (2004), ao comentar sobre o crescimento dos museus ao longo do século XX a partir de dados de 1997, destaca que 81,24% dos museus existentes de então haviam sido criados entre os anos de 1960 e 1990, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte.

Segundo Machado (2010), a década de 1980 é marcada pelo estabelecimento de diversos museus de ciências, criados especialmente, mas não apenas, no âmbito de instituições públicas, a exemplo de universidades.

Os anos 2000, para Machado (2010), são caracterizados pela atuação do Ministério da Cultura e do Iphan na condução de uma política museológica, com a inversão de recursos públicos em museus públicos brasileiros, como o MHN, MNBA, Museu da República, entre outros.

Exemplo da atuação do Estado no fomento à política museológica foi a criação do Sistema Brasileiro de Museus, rede de articulação e desenvolvimento dos museus brasileiros, que integra museus estaduais e municipais da maioria dos estados brasileiros para a realização de fóruns de discussão a respeito dos rumos das políticas museológicas; bem como do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, que, em 2009, culmina na criação do Instituto Brasileiro de Museus. A nova autarquia passa a ser responsável pela implementação de políticas públicas e melhoria dos serviços do setor museológico, além de ser responsável pela administração de 30 museus localizados em diferentes cidades brasileiras (BRASIL, 2009).

3.3 Fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros

A evolução do quantitativo de museus em municípios ao longo da história do Brasil carece de dados, o que dificulta uma análise mais completa e robusta a respeito da evolução da distribuição de museus em território brasileiro. Os obstáculos residem, primeiramente, na ausência de um instrumento padronizado anterior ao ano de 2006 para a contagem do número de museus no Brasil. As diversas definições do que é um museu e as distintas metodologias

utilizadas para a coleta de dados desencorajam a produção de estudos interpretativos mais completos e que abarquem um período maior.

Entretanto, quais aspectos estariam associados a essa desigualdade? Tal como posto por Santos (2004), é necessário compreender quais seriam os fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros.

Conquanto não haja pesquisa que identifique os fatores associados à existência de museus no Brasil, há estudos que podem auxiliar na compreensão dessa situação. O primeiro deles, já citado anteriormente, é o de Santos (2004, p. 54), que, apesar de ter como objetivo “dar alguns passos na tentativa de consolidar uma análise de práticas, estruturas e processos presentes entre os museus brasileiros”, trata de alguns pontos que são interessantes para o presente trabalho.

Inicialmente, a autora informa a respeito da ausência de levantamento de dados governamentais sobre os museus existentes em âmbito federal, estadual ou municipal, com exceção do Rio Grande do Sul. Diante da ausência de dados oficiais, foram utilizados dados fornecidos pela Comissão do Patrimônio Cultural, da Universidade do Estado de São Paulo (CPC/USP).

A autora não apresenta o resultado completo dos dados observados, o que impede uma comparação com os atuais. Entretanto, ao comentar sobre esses números, a autora fornece informações relevantes.

A partir da análise do número total de museus por região, Santos (2004, p. 60) conclui que há uma concentração do número absoluto dessas instituições nas regiões Sul e Sudeste, que inclusive se intensificou nas últimas décadas. Entretanto:

não há uma correlação linear entre a concentração populacional nas regiões Sul e Sudeste e número de museus. Quando medimos o número de museus em relação às populações de cada estado, observamos que a Região Sul, muito menos populosa do que a Região Nordeste, tem índices grandes de concentração de museus.

Santos (2004) reporta que a existência de museus está relacionada a elevados índices de PIB e de urbanização, além de menor taxa de analfabetismo. No entanto, observa que essas informações não são suficientes para explicar o porquê da existência de mais museus em certos estados. Dessa forma, Santos (2004) conclui que é preciso analisar outros elementos capazes de influenciar a multiplicação do número de museus.

Por sua vez, o relatório final denominado *Building America's new generation of arts facilities 1994-2008* (WORONKOWICZ et al., 2012) é o resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos pela *Cultural Policy Center at the University of Chicago*, que tinha por

objetivo investigar quais eram os fatores determinantes para a construção de instituições culturais. Curiosamente, a motivação para a realização desse estudo foi o *boom* do número de projetos e de pedidos de financiamento, ocorridos especialmente entre os anos de 1998 e 2001, para a construção ou reforma de instituições culturais: casas de espetáculos, museus e teatros.

Woronkowicz et al. (2012) reportam que os resultados indicam que maiores índices de educação, renda e população são fatores que explicam o porquê de algumas cidades construírem mais instituições culturais que outras. O nível educacional foi medido pela população acima de 25 anos que possui ao menos um diploma de nível superior, enquanto para renda foi utilizada a média da renda familiar.

A respeito da relação entre população e novas instituições culturais, Woronkowicz et al. (2012) demonstraram que, além da simples correlação positiva entre ambos os fatores, há também relação positiva entre o quão rápido a população de uma cidade cresceu. Dessa forma, cidades que tiveram crescimento mais acelerado de sua população também investiram mais em instituições culturais.

3.3.1 Método

3.3.1.1 Hipóteses e variáveis da pesquisa

Para relacionar o quantitativo de museus a variáveis socioeconômicas e demográficas dos municípios brasileiros, foram escolhidas variáveis a partir da literatura relatada até então. Ressalta-se, entretanto, a necessidade de adaptações, seja a fim de atender ao problema de pesquisa proposto, seja pela ausência de informações disponíveis. Dessa forma, entre as hipóteses visitadas na literatura tem-se:

(H1) População relaciona-se positivamente com a existência de museus.

(H2) O nível de educação superior (ou menor índice de analfabetismo) relaciona-se positivamente com a existência de museus.

(H3) O nível de renda familiar (ou PIB) relaciona-se positivamente com a existência de museus.

(H4) A localização em municípios do Sul e Sudeste do Brasil relaciona-se positivamente com a existência de museus.

(H5) Maior urbanização relaciona-se positivamente com a existência de museus.

Em suas conclusões, no entanto, Santos (2004) argumenta que as informações não são suficientes para explicar o porquê da existência de mais museus em certos estados. Dessa forma, optou-se pela inclusão de uma nova hipótese, a de que municípios com maior atividade turística tenderiam a ter mais museus, assim, formulou-se a seguinte hipótese:

(H6) Municípios com maior fluxo turístico tendem a ter mais museus.

A fim de testar as hipóteses acima elencadas, foi utilizada uma regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários para o ano de 2015 para todos os municípios brasileiros. O ano de 2015 foi escolhido em razão da data de início da presente pesquisa ter sido o ano de 2016.

A regressão linear, além de medir a associação entre uma variável resposta e um conjunto de variáveis independentes, também estima os parâmetros do comportamento sistemático entre elas. Assim, Hair et al. (2005) expõem que a técnica tem por objetivo prever uma única variável dependente a partir do conhecimento de uma ou mais variáveis explicativas. A análise de regressão é uma das técnicas de dependência mais utilizadas e, por ser versátil, permite analisar as variáveis essenciais, eliminando-se as de menor importância.

O modelo geral da regressão linear é expresso por:

(1)

$$Y_i = \alpha + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_n X_{ni} + \varepsilon_i$$

Em que:

Y_i = variável dependente;

α = termo constante;

β = estimativa do parâmetro relacionado com uma variável independente X ;

X_i = variáveis independentes;

ε_i = erro aleatório da observação i .

3.3.1.2 Variáveis independentes

Para explicar o quantitativo de museus (variável dependente), foram utilizadas, conforme demonstrado no Quadro 3, as seguintes variáveis independentes, com seus pressupostos teóricos, bem como o sinal esperado em relação à variável dependente.

Quadro 3 – Variáveis independentes, sinal esperado e pressupostos teóricos.

Variáveis independentes	Sinal esperado	Pressupostos teóricos
População	+	(H1) População relaciona-se positivamente com a existência de museus.
IDHM	+	(H2) O nível de educação superior (ou menor índice de analfabetismo) relaciona-se positivamente com a existência de museus; (H3) O nível de renda familiar (ou PIB) relaciona-se positivamente com a existência de museus.
Turismo	+	(H6) Municípios turísticos tendem a ter mais museus.
UF	+/-	(H4) A localização em municípios do Sul e Sudeste do Brasil relaciona-se positivamente com a existência de museus.

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis População e UF foram incluídas tendo em vista a literatura indicar que municípios com maior população e localizados nos estados Sul e Sudeste tenderiam a criar mais museus (SANTOS, 2004; WORONKOWICZ et al., 2012).

Estudo conduzido por Woronkowicz et al. (2012) concluiu que níveis elevados de educação e salários explicam porque mais cidades constroem mais institutos culturais que outras. A escolha pela utilização do IDH Municipal (IDHM) deu-se em razão de sua proximidade com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é a mais conhecida das medidas de desenvolvimento em razão de abarcar várias informações em um só índice (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003). Desse modo, por meio dele, pretende-se testar as hipóteses 3 e 4. O IDHM foi criado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Fundação João Pinheiro, os quais adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDHM, que se refere à média geométrica dos índices municipais das dimensões renda, educação e longevidade, com pesos iguais.

Para avaliar se municípios com maior atividade turística tendem a ter mais museus, foi utilizada a Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, que é o “instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro”. O desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro foi medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem por ele obtidas, e os resultados agrupados em cinco categorias pelo Ministério do Turismo. Na categoria A, estão reunidos os municípios com maior desempenho da economia do turismo, ou seja, com maior fluxo turístico e maior

número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Por sua vez, na E, estão os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, n.p).

3.1.3 Base de dados

Os dados foram coletados em bases de órgãos oficiais brasileiros, utilizando todos os municípios brasileiros como unidade de análise. Foram coletados os seguintes dados para cada um dos municípios: número de museus de 2015; população estimada de 2015; IDHM de 2000 e 2010; e categorização turística do município, conforme o Quadro 4. Ademais, foram criadas *dummies* para cada um dos estados federativos.

Quadro 4 – Siglas das variáveis utilizadas no modelo, fonte de dados e anos observados.

Variável	Descrição	Fonte de dados	Anos observados
Museu	Quantitativo de museus por município	Cadastro Nacional de Museus	2015
População	População residente total estimada	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2015
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano de cada município	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	2000 e 2010
Turismo	Cinco variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual categoria de fluxo turístico e número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem pertence o município (A, B, C, D, E)	Ministério do Turismo	2016
UF	27 variáveis <i>dummies</i> que indicam a qual Unidade da Federação pertence o município	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2015

Fonte: Elaboração própria.

As informações sobre o quantitativo e a localização de todos os museus brasileiros em 2015 foram obtidas por meio do Cadastro Nacional de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015).

As informações referentes à população de 2015 foram coletadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), na seção Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros.

A variável IDHM foi extraída do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014), na seção Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios. Tendo em vista a inexistência do IDHM do ano de 2015, nova variável foi criada a partir da estimativa dos dados existentes. A estimação foi realizada por meio de uma combinação linear a partir dos anos disponíveis para cada uma das variáveis, que foi calculada pela subtração do ano mais recente pelo ano mais antigo e dividida pela somatória do tempo entre esses dois períodos. Em seguida, multiplicou-se o coeficiente angular pelo número resultante da diferença entre o ano do dado mais antigo e o ano da nova variável desejada. A esse resultado somou-se o dado do ano mais antigo, de modo que foi criada a variável IDHM 2015.

Foram adotadas as cinco categorias do Mapa do Turismo Brasileiro em sua Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do ano de 2016 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

3.4 Resultados

Os resultados foram analisados por meio de três modelos. A cada nova rodada, foi incluída uma nova variável na ordem de relevância para a pesquisa.

Tabela 1 – Resultados das regressões.

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
População (milhares)		0,014***	0,013***
IDH			1,626***
Turismo A			5,252***
Turismo B			0,505***
Turismo C			0,088
Turismo D			0,052
Turismo E			-0,026
AC	0,541	0,428	0,364
AL	0,230	0,123	0,265
AM	0,116	-0,333*	-0,194
AP	0,132	-0,093	-0,347
BA	-0,018	-0,185**	-0,089
CE	0,213	-0,116	-0,030
DF	55,632***	18,549***	16,179***
ES	0,311	0,007	-0,168
GO	-0,132	-0,141	-0,211**
MA	-0,281	-0,364***	-0,197*
MS	0,190	0,089	0,006
MT	-0,092	-0,059	-0,133
PA	-0,088	-0,500***	-0,374**
PB	-0,119	-0,024	0,106
PE	0,135	-0,211*	-0,130
PI	-0,292	-0,156	0,005
PR	0,073	0,026	-0,042
RJ	2,121***	-0,040	-0,305**
RN	-0,033	0,035	0,110
RO	-0,118	-0,197	-0,235
RR	-0,235	-0,301	-0,551
RS	0,396**	0,418***	0,319***
SC	0,277	0,315**	0,155*
SE	-0,075	-0,125	-0,065
SP	0,350**	-0,234**	-0,395***
TO	-,311	-0,107	-0,081
F	14,207***	907,750***	851,212***
R²	0,063	0,816	0,836
R² ajustado	0,058	0,815	0,835

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Significância entre parênteses com $p < 0,10 = *$, $p < 0,05 = **$ e $p < 0,01 = ***$.

Em relação aos efeitos da variável população, o resultado apresentou resultado positivo com significância estatística. A forte correlação entre o tamanho da população na criação de museus é compatível com resultados apresentados no estudo de Woronkovicz et al. (2012),

conduzido nos Estados Unidos, o que demonstra que essa correlação não é exclusiva à realidade brasileira.

Santos (2004, p. 60), no entanto, a partir de dados da Comissão do Patrimônio Cultural, da Universidade do Estado de São Paulo, de 1997, avaliou que “não há uma correlação linear entre a concentração populacional nas regiões Sul e Sudeste e número de museus”, uma vez que se observa alto índice de concentração de museus na Região Sul, menos populosa do que a Nordeste. Vale ressaltar, no entanto, que a unidade de análise do referido estudo são os estados, e não os municípios.

No que concerne ao IDHM, a variável obteve valor positivo e significância estatística no modelo em que foi testada, evidenciando a influência do desenvolvimento social na existência de museus. Os resultados corroboram mais uma vez os apresentados por Woronkowitz et al. (2012), que indicam que altos níveis de educação e salários estão relacionados à construção de novas instituições culturais.

A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro classifica municípios em cinco grupos em razão do desempenho na economia do turismo. As categorias A e B tiveram significância estatística e apresentaram resultado positivo no modelo em que foram testadas. Por sua vez, as categorias C, D e E não apresentaram significância. Dessa forma, os resultados parecem indicar haver maior probabilidade de existência de museus em municípios com maior desempenho na economia do turismo.

Quanto aos efeitos estaduais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul obtiveram significância estatística e valores positivos nos três modelos testados. Já Santa Catarina apresentou valores positivos com significância estatística nos modelos 2 e 3. Os resultados parecem indicar que estar localizado nessas três UFs facilitaria a criação de museus. Os resultados acerca de Rio Grande do Sul e Santa Catarina corroboram as hipóteses iniciais, uma vez que Santos (2004) já havia sugerido a existência de concentração do número absoluto de museus na região Sul.

Em relação aos estados de Maranhão e Pará os resultados apresentaram valores negativos e significância estatística nos modelos 2 e 3, enquanto o estado de Goiás apresentou valor negativo e significância estatística no modelo 3. Os valores negativos sugerem que o fato de o município estar localizado em um desses estados dificultaria a implantação de museus.

Os resultados referentes aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram valores positivos com significância estatística no modelo 1, em que foram testados apenas os efeitos estaduais. Entretanto, nos modelos seguintes os resultados passam a ser negativos. A hipótese é que os efeitos sejam capturados pelo efeito populacional, uma vez que ambos estados

possuem grande população. Dessa forma, não se pode afirmar que os resultados negativos indicam que a presença nesses dois estados dificultaria a implantação de museus.

3.5 Conclusões

Os resultados das regressões demonstraram haver correlação positiva entre população municipal e criação de museus, ou seja, quanto maior a população de um município maior seria a possibilidade de haver um maior número de museus. Santos (2004) aponta que há no Brasil uma tendência à concentração de museus nas capitais dos estados brasileiros, locais de maior concentração populacional. Esse resultado parece indicar uma relação direta entre a oferta de bens e serviços culturais e a pronta resposta a essa demanda.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto, apresentaram correlação negativa com a existência de museus. O resultado talvez possa ser atribuído ao tamanho da população de ambos os estados. São Paulo é o estado que possui o maior número absoluto de museus e é também o estado com a maior população absoluta do Brasil. Já o Rio de Janeiro é o quarto estado com o maior número absoluto de museus e o segundo com a maior população absoluta.

Santos (2004, p. 61), já havia apontado que:

a associação entre museu e capital cultural não podem ser considerados os únicos elementos a explicar a concentração de museus em uma determinada região. O Rio de Janeiro, estado que possui o segundo maior PIB do país e um acervo cultural importante por ter sido capital federal durante longo período, não apresenta a maior concentração de museus. Tampouco São Paulo, que tem o maior PIB do país e tem um investimento em museus de arte sem competidores nos outros estados. É necessário, portanto, analisarmos outros elementos capazes de influenciar a multiplicação do número de museus nas últimas décadas, especialmente no que tange ao desenvolvimento histórico e cultural de cada região.

Dessa forma, embora ambos os estados apresentem grande número de museus em números absolutos, quando comparado com seus respectivos quantitativos populacionais, a proporção entre museus/população não é alta. Assim, apesar de existir forte correlação positiva entre população e quantitativo de museus, os resultados parecem indicar que poderia haver um ponto de saturação da demanda por novos museus. Ou seja, a partir de uma quantidade x de museus, talvez não houvesse demanda para a criação de uma unidade adicional de museu.

Os resultados também sugeriram haver correlação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de um município e o número de museus, tal evidência é decorrência da relação positiva entre a variável IDHM do município e a existência de museus. Em regiões econômicas mais deprimidas, onde o atendimento a bens e serviços essenciais é precário ou inexistente, a

demanda por bens e serviços culturais seria débil. Assim, parece ser fundamental o atendimento a tais demandas e também a ocorrência de melhor nível educacional da população para que aflore a demanda por esses serviços.

Por outro lado, pesquisa conduzida por Bourdieu e Darbel (1969 apud SANTOS, 2004) demonstra que os museus de arte na França são considerados detentores de capital cultural, e, por isso, sua presença é concorrida em âmbitos distintos e utilizada na manutenção de hierarquias sociais. Segundo Santos (2004), a associação feita pelos autores entre disputa por capital simbólico e por prestígio oferece uma possível explicação para a concentração dos museus nas regiões com maior desenvolvimento.

Por fim, os resultados indicaram haver maior probabilidade de existência de museus em municípios da categoria A e B da Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo. Dessa forma, municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem tenderiam a ter mais museus.

3.6 Referências

- BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.
- _____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- CONSIDERA, A. F. Museus de História Natural no Brasil (1818-1932): uma revisão bibliográfica. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.
- COSTA, L. M. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Estimativas populacionais anuais de população para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 1 set. 2015.

FURTADO, J. L. Um museu desaparecido do século XIX: uma discussão acerca do museu agrícola e industrial do jardim botânico do rio de janeiro (1871-1886). **Acervo: Revista do Acervo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 146-159, jul./dez. 2013.

HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (BRASIL). **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. **Cadastro Nacional de Museus**. 2015. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm>>. Acesso em: 1 out. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Política Nacional de Museus**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

JOHNSON, P; THOMAS, B. The Economics of Museums: A research perspective. **Journal of Cultural Economics**, v. 22, n. 2/3, Special Issue on the Economics of Museums, p. 75-85, 1998.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

LOPES, M. M. A Formação de museus nacionais na América Latina Independente. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 30. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1998. p. 121-133.

_____. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MACHADO, A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. **Museus: do gabinete de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272>. Acesso em: 1 set. 2017.

OLLAIK, L. G. **A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso: estudo comparativo de três instrumentos governamentais**. 2012. 248p. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PETRY; M. G. SILVA. V. L. G. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 79-101, set./dez, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. S. Os Museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado.**, Brasília, v.15, n.2, p.271-302, Dec. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. Museus brasileiros e política cultural. **RBCS**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun., 2004.

SILVA, M. V. T. Do SPHAN ao Ibram: subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. 1, p. 60-75, nov., 2015.

TORRES, H. A. **Museums of Brazil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003.

WORONKOWICZ et al. **Set in stone building America's new generation of arts facilities, 1994-2008**. Final report. Chicago: Cultural Policy Center at the University of Chicago, 2012.

WORONKOWICZ, J. The determinants of cultural building: Identifying the demographic and economic factors associated with cultural facility investment in US metropolitan statistical areas between 1994 and 2008. **Cultural Trends**, v. 22, n. 3-4, p. 192-202, 2013.

4. Conclusões

A existência de equipamentos culturais em um município expressa também o seu potencial de manifestação criativa, comercial e associativa. Há no Brasil, entretanto, uma baixa taxa geral de participação em atividades culturais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001).

A participação em equipamentos culturais ditos “tradicionalistas”, compostos por museus, teatros, livrarias e centros culturais, “apresentaram-se menos frequentes, se comparados aos principais meios de comunicação audiovisual e à biblioteca” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001, p.19).

Em relação aos museus, pôde-se constatar, a partir dos dados apresentados na introdução do presente trabalho, que, além de seu quantitativo ser inferior ao de muitos países desenvolvidos, sua distribuição ocorre de maneira bastante irregular no território brasileiro. De um total de 3.634 museus em 2015, o Sudeste e Sul concentram aproximadamente 67% dos museus, ao passo que a Região Norte Norte apenas 4,67%, conforme observou-se na Figura 1 do “Panorama da distribuição de museus em território brasileiro”.

A concentração é praticamente a mesma há pelo menos cinco anos, o que indica que, ainda que o número de museus tenha aumentado no Brasil nos últimos anos, o padrão de distribuição desses museus no território brasileiro pouco se alterou.

Ressalta-se, entretanto, que ainda que sejam criados novos museus no Brasil, há outros fatores a serem considerados. É necessário aferir, por exemplo, o lado qualitativo dessas atividades. O fato de um município declarar que possui um museu, não permite deduzir sobre a qualidade de sua instituição ou mesmo sobre o fluxo de visitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001).

Outro ponto importante apontado por Cazelli (2005, p. 26) é que,

além das desigualdades regionais em relação à distribuição de equipamentos culturais, nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são “verdadeiros desertos de equipamentos culturais”. Ainda que a média seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares.

Dessa forma, por meio do presente trabalho, buscou-se discutir sobre a indução de políticas públicas para a criação de museus em municípios brasileiros de pequeno porte, onde a iniciativa da sociedade civil por si só não encontra incentivos para a construção de instituições museológicas. Além disso, procurou-se encontrar pistas que estejam relacionadas à criação de museus em municípios brasileiros.

O primeiro artigo, “Avaliação de impacto do edital Mais Museus na criação de novos museus em pequenos municípios brasileiros: uma análise a partir do método de diferenças em diferenças”, pretendeu avaliar o edital Mais Museus. Os resultados apontaram que o grupo de tratamento obteve uma taxa de crescimento do número de museus menor do que o grupo de controle, o que parece indicar o baixo impacto do instrumento.

Concluiu-se que o baixo impacto da política pode estar relacionado à fragilidade do instrumento, uma vez que apenas incentivos parciais para a criação de um novo museu eram oferecidos. Desse modo, estes talvez não fossem suficientes para que um pequeno município criasse uma nova instituição museológica.

Políticas culturais devem buscar modificar condições desiguais, bem como democratizar o acesso a instituições culturais. Não se pode, entretanto, negligenciar se de fato haveria demanda nesses pequenos municípios para a criação de novos museus. Nesse sentido, a partir da avaliação do referido edital, sugeriu-se que estudos sejam realizados a fim de identificar se há demanda para novos museus e, se após a sua criação, essas novas instituições seriam capazes de serem mantidas posteriormente.

Por meio do segundo artigo, “Fatores associados à existência de museus em municípios brasileiros”, buscou-se compreender, de modo geral, quais fatores estariam associados à existência de museus nos municípios brasileiros. Para tanto, foram utilizadas algumas informações socioeconômicas e demográficas relativas a todos os municípios brasileiros.

Os resultados encontrados foram muito semelhantes aos do primeiro artigo, ou seja, de que a existência de museus em municípios brasileiros está positivamente correlacionada à população municipal, a atividades turísticas, ao nível de desenvolvimento socioeconômico e a contextos regionais.

Nesse sentido, constatou-se que, tanto no grupo com apenas municípios com até 50 mil habitantes (primeiro artigo) quanto no grupo com todos os municípios (segundo artigo), os fatores que se relacionam com a existência de museus são praticamente idênticos, com pequena variação apenas nas categorias relativas ao turismo.

5. Referências

BRUNO, M.C. O. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

CAZELLI, S. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?**. 2005.260p. Tese (Doutorado em Educação) — Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, 2005.

COSTA, L. M. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FABBRI, A. **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

GRAY, C. Museums, Galleries, Politics and Management. **Public Policy and Administration**, v. 26, n. 1, p. 45-61, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Estimativas populacionais anuais de população para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 1 set. 2015.

_____. **Informações Básicas Municipais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/.../perfilmunic/2001/default.shtm>>. Acesso em: 1 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (BRASIL). **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. **Cadastro Nacional de Museus**. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm>>. Acesso em: 1 out. 2015.

_____. Portaria nº 7, de 9 de janeiro de 2017. Institui a Rede Nacional de Identificação de Museus — RENIM, como forma de arranjo de governança pública colaborativa, voltada à interação e cooperação entre os seus componentes para o desenvolvimento do setor de museus brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2017. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=10/01/2017>>. Acesso em: 05 set. 2017.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

SANTOS, M. S. Museus brasileiros e política cultural. **RBCS**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun., 2004.